

Restauração e refúgio: identidade e integração de refugiados em Lisboa

Adriana Ribeiro Aires

Mestrado em Sociologia

Orientadora:

Doutora Mara Clemente,

Investigadora Integrada do Iscte - Instituto Universitário de Lisboa

Outubro de 20

iscte

SOCIOLOGIA
E POLÍTICAS PÚBLICAS

Restauração e refúgio: identidade e integração de refugiados em Lisboa

Adriana Ribeiro Aires

Mestrado em Sociologia

Orientadora:

Doutora Mara Clemente,

Investigadora Integrada do Iscte - Instituto Universitário de Lisboa

Outubro de 2020

Restauração e refúgio

Para os meus pais

Porque são as melhores pessoas da minha vida

Pelo apoio de sempre

Será sempre para vocês

Agradecimentos

Primeiramente, agradeço à orientadora, professora doutora Mara Clemente por toda a ajuda, total disponibilidade, colaboração na resolução de dúvidas e pelo forte incentivo.

Aos meus pais. Pelo apoio, por tudo o que fazem por mim, serei eternamente grata.

A toda a minha família e amigos que sempre me apoiaram e souberam compreender quando não estive presente.

Às minhas colegas de curso pelo companheirismo.

A todas as pessoas que entrevistei que fazem um trabalho incrível. Às pessoas refugiados pela enorme disponibilidade e carinho. E à diretora da Associação Pão a Pão pela total disponibilidade e ajuda.

Resumo

A guerra civil na Síria começou em 2011 e até hoje não se perspectiva resolução. Esta guerra civil e outras no Médio Oriente levaram à migração forçada de milhões de pessoas. A migração tem relevância nas práticas alimentares, mas isto não se nota quando vemos os estudos realizados.

Assim, o presente estudo visa uma reflexão sobre os restaurantes de refugiados árabes em Lisboa como sendo sítios onde existe uma convergência de diversas dimensões que constroem a identidade dos refugiados na cidade de Lisboa e tem como objetivo analisar as representações da comida do Médio Oriente para os refugiados do Médio Oriente na Área Metropolitana de Lisboa e os efeitos possíveis na identidade dos mesmos ao trabalhar com comida do seu país em Lisboa.

A metodologia utilizada neste estudo de carácter qualitativo foi a entrevista e foram entrevistadas cinco pessoas relacionadas a dois restaurantes de comida do Médio Oriente.

A partir da análise documental e da análise das entrevistas foi possível perceber-se a importância dada à comida do seu país pelos refugiados como uma forma de não quebrar a ligação com o seu país, com a sua família e consigo próprio. Sendo a comida altamente cultural, é também fulcral na identidade dos refugiados e é uma forma destes mostrarem quem são e de onde vêm.

Palavras-chave: comida, Lisboa, refugiados, práticas de alimentação, representações, identidade.

Abstract

The civil war in Syria started in 2011 and there is still no resolution to date. This civil war and others in the Middle East have led to the forced migration of millions of people. Migration has relevance in dietary practices, but this is not noticeable when we look at the studies carried out.

Thus, the present study aims at reflecting on Arab refugee restaurants in Lisbon as being places where there is a convergence of different dimensions that build the identity of refugees in the city of Lisbon and aims to analyze the representations of Middle Eastern food for the refugees from the Middle East in the Lisbon Metropolitan Area and the possible effects on their identity when working with food from their country in Lisbon.

The methodology used in this qualitative study was the interview where five people related to two Middle Eastern food restaurants were interviewed.

From the documentary analysis and the analysis of the interviews, it was possible to perceive the importance given to the food of their country by the refugees as a way of not breaking the connection with their country, with their family and with themselves. As food is highly cultural, it is also central to the identity of refugees and is a way for them to show who they are and where they come from.

Key words: food, Lisboa, refugees, food practices, representation, identity.

Índice

Agradecimentos	vii
Resumo	ix
Abstract	xi
Introdução	2
Capítulo 1	5
1. Refúgio e refugiados	5
1.1. Refugiados em números	6
2. Refúgio e refugiados em Portugal	8
3. A integração de pessoas refugiadas em Portugal	11
4. A comida como peça central na identidade	18
Capítulo 2	20
1. Análise histórica do conceito	20
2. Representações coletivas vs Representações sociais	21
Capítulo 3	24
1. Objetivos e técnicas de pesquisa	24
2. Participantes	25
3. Recolha e análise dos dados	26
Capítulo 4	28
1. Os restaurantes	28
2. Os participantes da pesquisa	29
3. Experiência migratória	29
4. A chegada a Portugal	30
5. Refúgio em Portugal	32
6. Práticas alimentares	34
7. O trabalho na restauração	36
8. Restaurantes do Médio Oriente	39
Conclusões	41
Bibliografia	43
Anexos	49
Anexo A - Guião de entrevista ao refugiado	49
Anexo B - Guião de entrevista à Diretora da Associação	51
Anexo C – Consentimento Informado	53

Lista de abreviaturas

ACM – Alto Comissariado para as Migrações

ACNUR – Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados

AML – Área Metropolitana de Lisboa

CAR – Centro de Acolhimento para Refugiados

CML – Câmara Municipal de Lisboa

CPR – Conselho Português para os Refugiados

EI – Estado Islâmico

MIPEX – Migrant Integration Policy Index

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

OIM – Organização Internacional para as Migrações

ONGD – Organização Não Governamental para o Desenvolvimento

ONU – Organização das Nações Unidas

PALOP – Países africanos de língua oficial portuguesa

PAR – Plataforma de Apoio aos Refugiados

UE – União Europeia

UNHCR – United Nations High Commissioner for Refugees

UNRA - United Nations Refugee Agency

UNRWA – United Nations Relief and Works Agency for Palestine Refugees in the Near East

Introdução

Nos últimos anos, registou-se uma constante presença na agenda política, social e mediática europeia dos refugiados tendo em conta o incremento da população refugiada na Europa.

Os movimentos atuais de requerentes de asilo são uma das temáticas mais abordadas em diversas áreas de estudo por constituírem um problema social já que todo o espaço social tenta procurar soluções e respostas para a problemática que esta situação transporta não apenas para os refugiados como para a sociedade que os acolhe.

A situação de instabilidade e insegurança da população migrante é fácil de ser compreendida tendo em conta a dificuldade das suas experiências, mas também por diversos movimentos (como movimentos de extrema direita, xenófobos) que têm surgido nos países de acolhimento como Portugal. Esta situação de saída do país e refúgio é a alternativa vista pelos refugiados aos desafios que se apresentam no país de origem devido a diversos fatores como guerras, perseguições políticas, religiosas ou outras. E tendo em isto em conta, importa fazer uma contextualização histórica da guerra e da violência em diversos países.

Em 2011, surgiu o conceito de Primavera Árabe como consequência do derrube de diversos governos ditatoriais no Médio Oriente como são os casos da Síria, da Líbia e do Iraque. No caso da Síria, a família Assad estava no governo desde os anos 60 e recusou-se a sair o que deu origem a uma guerra civil. Esta guerra fez com que a população ficasse encurralada entre o governo de Assad, os grupos rebeldes e os grupos extremistas. Em 2011, a Síria tinha uma população de quase 22 milhões de pessoas e 12 milhões tiveram de ser deslocados e 5 milhões foi mesmo forçada a sair do país (Centro Regional de Informação para a Europa Ocidental, 2019). Na Líbia existiu uma crise económica e social e com isto, o governo de Muammar Gaddafi é derrubado e este morto pelas forças rebeldes. O Congresso Geral Nacional sofre uma pesada derrota e o conflito civil retomou; deu-se então a Segunda Guerra Civil Líbia e os grupos armados islâmicos tomam conta de diversos pontos do país. No caso do Iraque, o primeiro ministro Maliki não concorre a um novo mandato (o terceiro) e com isto são libertados milhares de prisioneiros. O Estado Islâmico consegue assumir o controlo de Mossul e de outros pontos importantes do território iraquiano depois de diversas ofensivas no norte do país. Diversas potências como o Irão entram na guerra ao lado do Iraque para combater o EI. Mais de 3 milhões de iraquianos foram deslocados desde 2014. Mais de 300.000 mil são deslocados que vivem em assentamentos informais como prédios abandonados ou inacabados e mais de 260.000 são refugiados em outros países. Mas é frequente e generalizado existir execuções em massa, violações e atos de violência; e por isso os direitos humanos são atacados sistematicamente. Por isso, como consequência, existem mais de 11 milhões de iraquianos a necessitar de ajuda e assistência humanitária. Cerca de metade dos deslocados iraquianos foram para o Curdistão onde a comunidade e as estruturas estão à beira do colapso (ACNUR Brasil, Agência da ONU para Refugiados, 2017). Como

resultado desta violência, deslocamentos e guerras surgiu o termo Inverno Árabe. Este termo surge para descrever a violência presente na sequência dos protestos da Primavera Árabe em vários países como consequência dos ataques dos radicais islâmicos ou movimentos contra os pró-democracia. A Guerra Civil síria, a crise no Egito, a instabilidade no Líbano e a insurgência no Iraque são exemplos de violência a que o termo Inverno Árabe se refere. O Inverno Árabe matou mais de quatro milhões de muçulmanos em quatro países (Líbia, Afeganistão, Paquistão e Iraque) durante o séc. XXI.

Como consequência da mudança social em todos os níveis de uma sociedade que se verificou com os movimentos dos refugiados, a produção científica cujos refugiados fossem temáticas principal aumentou significativamente. Surgiram diversos estudos sobre inúmeras áreas da vida social tendo em conta os movimentos dos refugiados, ou seja, estes estudos publicados são, não apenas sobre a chegada dos refugiados e o seu impacto no país de chegada, mas também sobre diferentes aspetos da vida social e individual dos refugiados. Assim, em Portugal, podemos dividir os estudos em diversas temáticas: os jovens refugiados (Jesus, 2015); a saúde mental (Santinho, 2009); as políticas implementadas em Portugal (Sousa e Costa, 2018; Ribeiro, 2017; Ferreira, 2015; Santinho, 2013), a receção dos refugiados em Portugal (Vieira et al, 2017; Challinor, 2018; Pereira et al, 2019; Gomes, 2018); a integração (Caldeira, 2011; Matos, 2011; Oliveira, 2019; Oliveira, Catarina, 2019); as representações e simbologia dos refugiados (Padilla e Goldberg, 2017; Johnson, 2016; Torkington e Ribeiro, 2018) .

Embora existam vários estudos em Portugal sobre refugiados nas mais diversas áreas, existe uma lacuna naquilo que são os estudos sobre refugiados e a restauração. Este trabalho é um estudo exploratório sobre refúgio e restauração onde os objetivos principais são perceber o significado conferido à comida e ao trabalho na restauração em termos identitários e de integração no país de destino. O estudo dos restaurantes e da comida relacionados com a identidade dos refugiados e como forma de integração não existe ou tem pouca expressão em Portugal e, nesse sentido, o meu trabalho aborda uma dimensão pouco trabalhada em Portugal.

Resolvi focar a minha atenção em dois restaurantes do Médio Oriente na Área Metropolitana de Lisboa onde realizei cinco entrevistas semidiretivas a pessoas que trabalham com comida do Médio Oriente, sejam proprietários ou colaboradores dos restaurantes. Os restaurantes escolhidos foram o Mezze Portugal, Pão a Pão que se situa no Mercado de Arroios e o restaurante Tayybeh que se situa em Moscavide.

Esta tese encontra-se dividida em quatro partes. A primeira parte está relacionada com os estudos relativos aos refugiados onde procuramos abordar algumas dimensões importantes sobre a sua integração e analisar estudos que relacionem os refugiados com o contexto da comida e da restauração. O segundo ponto centra-se no conceito de representações. A terceira parte deste trabalho descreve a metodologia utilizada. A quarta parte desta tese será a apresentação dos

dados e posterior debate e análise dos dados. Na conclusão, procurei enumerar algumas pistas para futuras investigações.

Capítulo 1

Refúgio, integração e restauração

1. Refúgio e refugiados

A Convenção das Nações Unidas relativa ao Estatuto dos Refugiados de 1951 e o Protocolo de 1967 estabelecem uma definição universal de refugiado e incorporam as obrigações e os direitos básicos dos refugiados: «uma pessoa que, receando com razão ser perseguido em consequência de atividade exercida no Estado da sua nacionalidade ou da sua residência habitual em favor da democracia, da libertação social e nacional, da paz entre os povos, da liberdade e dos direitos da pessoa humana ou em virtude da sua raça, religião, nacionalidade, convicções políticas ou pertença a determinado grupo social, se encontre fora do país de que é nacional e não possa ou, em virtude daquele receio, não queria pedir proteção desse país ou a apátrida que, estando for do país em que tinha a sua residência habitual, pelas mesmas razões, não possa ou, em virtude do referido receio, a ele não queira voltar» (Art. 1º - Definição do termo “refugiado”).

Assim, tendo em conta a Lei n.º15/98 de 20 de Março que estabelece um novo regime jurídico-legal em matéria de asilo e de refugiado e de acordo com o Artigo 1.º sobre a Garantia do direito de asilo, “é garantido o direito de asilo aos estrangeiros e aos apátridas perseguidos ou gravemente ameaçados de perseguição em consequência de atividade exercida no Estado da sua nacionalidade ou da sua residência habitual em favor da democracia, da libertação social e nacional, da paz entre os povos, da liberdade e dos direitos da pessoa humana. Têm ainda direito à concessão de asilo os estrangeiros e apátridas que, receando com fundamento ser perseguidos em virtude da sua raça, religião, nacionalidade, opiniões políticas ou integração em certo grupo social, não possam ou, em virtude desse receio, não queiram voltar ao Estado da sua nacionalidade ou da sua residência habitual.”

Embora tivesse sido definido em 1951, o conceito de refugiado surgiu no século XIX, quando se desenvolveu o direito humanitário internacional. Depois da I Guerra Mundial e quando surge a Sociedade das Nações em 1920, o processo de proteção humanitária se desenvolve de forma mais estruturada (Hurwitz, 2009). Nos termos do Artigo 22º da Carta das Nações Unidas, a 14 de dezembro de 1950 foi criado o ACNUR que é um organismo humanitário e apolítico com a missão de garantir os direitos e o bem-estar dos refugiados; um ano mais tarde realiza-se a Convenção de Genebra ou Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados onde foram elaboradas normas sobre o estatuto dos refugiados.

Para além da Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados de 1951 e o Protocolo de 1967, existem outras Convenções, Declarações e Leis relativamente aos refugiados ou que podem ser aplicadas aos mesmos. São exemplos: a Quarta Convenção de Genebra relativa à Proteção das Pessoas Civis em Tempo de Guerra (1949), a Convenção relativa ao Estatuto dos Apátridas

(1954), a Convenção sobre a Redução da Apatridia (1961), e a Declaração das Nações Unidas sobre a Concessão de Asilo Territorial (1967). A Quarta Convenção de Genebra relativa à Proteção das Pessoas Civis em Tempo de Guerra de 1949 tem como objetivo a proteção das vítimas civis ao referir-se a refugiados e deslocados. A Convenção relativa ao Estatuto dos Apátridas de 1954 definiu o conceito de apátrida como não é considerada por nenhum Estado como seu nacional e estabeleceu as normas de tratamento de pessoas apátridas. Em 1961, na Convenção sobre a Redução da Apatridia definiram que alguém nascida num Estado Parte dessa convenção terá essa nacionalidade e que de outro modo seria apátrida. Estabeleceram ainda que o Estado se compromete, tendo algumas condições, a não privar uma pessoa de uma nacionalidade se essa privação tornar a pessoa apátrida. Nesta Convenção ficou definido que motivos raciais, étnicos, religiosos ou políticos não podem ser razão de privação de nacionalidade. A Declaração Das Nações Unidas sobre a Concessão de Asilo Territorial de 1967 estabeleceu um conjunto de princípios relativos ao asilo territorial e que a concessão de asilo territorial é algo pacífico e humanitário e que, como tal, não pode ser considerado hostil por qualquer outro Estado.

Na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 estão declarados direitos civis, políticos, económicos, sociais e culturais para todas as pessoas, incluindo refugiados. Importam destacar alguns desses artigos como o artigo 1.º onde está explanado que todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos; o artigo 3.º onde se afirma que o todo o indivíduo tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal; o artigo 5.º aborda a tortura, pena e tratamentos desumanos aos quais ninguém será submetido; o artigo 6.º explana-se o direito ao reconhecimento da sua personalidade jurídica em todos os lugares; o artigo 7.º explica que todos os indivíduos são iguais perante a lei e têm direito a igual proteção da lei; o artigo 14.º explica que todas as pessoas sujeita-se a perseguição têm o direito a procurar e beneficiar de asilo noutros países e; no artigo 15.º aborda o facto de todos os indivíduos terem direito a ter uma nacionalidade. Por outro lado, na Convenção de Genebra de 1951 também existem alguns artigos que importam destacar como: o artigo 2.º - obrigações gerais onde se aborda o facto dos refugiados terem deveres para com o país onde se encontra; o artigo 4.º - religião onde se explana que o Estado proporcionará aos refugiados um tratamento tão favorável quanto o que é proporcionado aos nacionais naquilo que são as práticas da sua religião; ou o artigo 7.º - dispensa de reciprocidade em que se prevê que o Estado concederá aos refugiados o regime que concede aos estrangeiros em geral.

1.1. Refugiados em números

Atualmente, o número de deslocados à força é o número mais elevado desde 1950 quando o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados foi criado (ACNUR, 2019).

No final do ano de 2019, existiam, pelo menos, 79,5 milhões de deslocados no mundo; e destes 26 milhões eram refugiados. Dos 26 milhões de refugiados, 20.4 milhões eram refugiados

ACNUR (ACNUR, 18 de junho de 2020). Em 2019, existiam 45.7 milhões de deslocados internos (IDMC in ACNUR, 18 de junho de 2020) e 4.2 milhões de requerentes de asilo (2 milhões apenas em 2019). Existem 4.2 milhões de pessoas que são apátridas. Em 2019, existiram 5.6 milhões de pessoas retornadas e 107.800 pessoas realojadas em 26 países (ACNUR, 18 de junho de 2020).

Assim, 1% da população mundial é deslocada e 80% dos deslocados no mundo encontram-se em países ou territórios afetados pela insegurança alimentar e subnutrição. E ainda 40% dos deslocados são menores de idade (ACNUR, 18 de junho de 2020).

Dos deslocados no mundo, 85% destes são acolhidos por países em desenvolvimento e 73% vivem em países vizinhos aos seus países de origem. Os principais países de acolhimento são a Turquia (3.6 milhões), a Colômbia (1.8 milhões), o Paquistão (1.4 milhões), o Uganda (1.4 milhões) e a Alemanha (1.1 milhões). Em 2019, 68% dos deslocados provêm apenas de 5 países: Síria (6.6 milhões), Venezuela (3.7 milhões), Afeganistão (2.7 milhões), Sudão do Sul (2.2 milhões) e Myanmar (1.1 milhão) (ACNUR, 18 de junho de 2020).

No caso sírio, até julho de 2020 e de acordo com o Governo Turco e o UNHCR, existiam mais de 6 milhões de refugiados desse mesmo país; mais de 3.5 milhões de refugiados Sírios encontram-se na Turquia (ou seja, quase a totalidade dos refugiados acolhidos na Turquia são sírios), cerca de 890 mil refugiados sírios encontram-se no Líbano, mais de 650 mil sírios acolhidos na Jordânia, cerca de 245 mil encontram-se no Iraque, 130 mil no Egito e cerca de 31 mil refugiados sírios encontram-se noutros países do norte de África (UNHCR, *Government of Turkey*, 2020). Relativamente às faixas etárias segundo o género dos refugiados sírios podemos dizer que a maior parte dos refugiados (32,9%) do sexo masculino se situa na faixa etária dos 18 aos 59 anos; já no lado do sexo feminino a faixa com maior percentagem de refugiados também se situa entre os 18 e os 59 anos (19,9%) mas as percentagens são bastante mais iguais (UNHCR, *Government of Turkey*, 2020).

Segundo o Observatório Sírio dos Direitos Humanos, o mês de março de 2020 foi o mês com o número de mortos mais baixo desde o início da guerra: 508 pessoas incluindo 103 civis. Esta diminuição do número de mortos pode estar relacionada com o contexto de pandemia do novo coronavírus e do cessar-fogo na província de Idlib (Syrian Observatory for Human Rights, 2020)

Entre março de 2011 e março de 2020 foram contabilizados mais de 380.000 mortos e a grande maioria destes foram vítimas das forças do regime sírio e das milícias iranianas (Syrian Observatory for Human Rights, 2020). Desde o início do conflito que a esperança média de vida na Síria diminuiu quase 20 anos (Syrian Observatory for Human Rights, 2020).

Segundo a Organização Internacional para as Migrações (OIM), entre 2014 e 2020, morreram 20.014 migrantes atravessando o Mediterrâneo.

2. Refúgio e refugiados em Portugal

Em termos políticos, em Portugal, foram criadas diversas leis relativamente ao deslocamento de pessoas, ao asilo e ao refúgio. Uma das leis que importa destacar é a Lei n.º 67/2003, de 23 de Agosto denominada Proteção Temporária de Pessoas Deslocadas onde estão explanadas as normas mínimas em matéria de concessão de proteção temporária no caso do fluxo maciço de pessoas deslocadas e as medidas conducentes a assegurar uma repartição equilibrada do esforço assumido pelos Estados membros ao acolherem estas pessoas e suportarem as consequências decorrentes desse acolhimento. Outra lei a destacar é a Lei nº27/2008, de 30 de junho, denominada Concessão de Asilo ou Proteção Subsidiária onde estão estabelecidas as condições e procedimentos de concessão de asilo ou proteção subsidiária e os estatutos de requerente de asilo, de refugiado e de proteção subsidiária. Lei esta que foi alterada para a Lei n.º 26/2014, de 05 de Maio. A Lei nº52/78, de 25 de julho, aprova, para ratificação, a Convenção n.º 143 da Organização Internacional do Trabalho, relativa às migrações em condições abusivas e à promoção de igualdade de oportunidades e de tratamento dos trabalhadores migrantes.

O Governo Português criou, em 2016, um Kit de acolhimento de refugiados onde disponibilizavam dicionários, um exemplar da Constituição Portuguesa, um cartão com diversas formações, materiais sobre a história e a cultura portuguesa, uma t-shirt com símbolos que referenciam as necessidades do dia-a-dia e um cartão telefónico (ACM, 2017).

A Convenção de Genebra para os Refugiados de 1951 foi assinada por Portugal em 1960, contudo só em 1976 ratifica o Protocolo de Nova Iorque de 1967. Na década de 60, Portugal era, sobretudo, um país de origem de fluxos de refugiados devido aos exilados políticos, opressões por parte do Estado Novo e refugiados das guerras coloniais. Na realidade, milhares de refugiados e pessoas libertadas pelos movimentos independentistas obtiveram refúgio nos países vizinhos (50% em África). Mas, por razões de publicidade, o regime reclamou ter recebido refugiados como os quase sete mil pessoas da República do Congo que chegaram a Angola, em 1960 (Sousa e Costa, 2018).

Após a Revolução de 25 de abril de 1974 e entre este ano e 1980 Portugal não tinha legislação relacionada com o asilo ainda que na Constituição de 1976 existe o reconhecimento do direito ao asilo, mas entre 1975 e 1977 o maior número de requerentes de asilo vinha de Espanha e América do Sul principalmente Brasil e Chile. Já em 1978 existe a primeira cooperação entre Portugal e o UNHCR com vista a estabelecer um suporte para uma integração social de pessoas das antigas colónias portuguesas com um estatuto de refugiado (Sousa e Costa, 2018).

Entre 1978 e 1984, o número de requerentes de asilo que obtiveram a nacionalidade portuguesa foi quase o triplo do número de refugiados que receberam este estatuto entre 1974 e 1993. Este aumento está relacionado com o facto de serem maioritariamente portugueses das ex-colónias africanas a obterem a nacionalidade portuguesa. Isto relaciona três fenómenos

importantes: a descolonização, a lei da nacionalidade portuguesa e o direito ao asilo (Sousa e Costa, 2018)

A década de 90 fica marcada por uma redefinição dos mecanismos de receção e integração dos requerentes de asilo e refugiados. Em 1993, as autoridades portuguesas aprovaram a nova lei do asilo face ao crescimento do número de requerentes de asilo. Esta nova lei incorpora princípios da Convenção de Dublin e do Acordo de Schengen que Portugal assinou; esta convenção faz do Estado responsável por examinar as aplicações do asilo (Sousa e Costa, 2018). Nesta nova lei do asilo, foram instituídas duas novas formas de avaliação dos processos: o procedimento normal e o procedimento acelerado. O procedimento normal destinou-se a pedidos considerados fiáveis, ao passo que o procedimento acelerado foi aplicado aos pedidos considerados injustificados. Um exemplo de um caso onde era aplicado o procedimento acelerado era no caso dos pedidos de requerentes provenientes de um país qualificado como país seguro ou país terceiro de acolhimento (Sousa e Costa, 2018).

O extensão do status de refugiado aos membros da família e a possibilidade de reunificação eram restritos aos companheiros e a crianças que estejam sozinhas e incapacitadas ou, no caso dos menores, longe dos pais (Sousa e Costa, 2018).

Ainda que o número de requerentes de asilo tenha diminuído na década de 90, o regime legal de asilo continua restritivo. Com a aprovação da Lei nº.15/98, de 26 de março, a proteção para motivos humanitários foi regulamentada no artigo 8, sendo que a mudança mais significativa é que a autorização de residência por razões humanitárias é concedida, em vez de ser uma exceção. A lei referida estabelecia um novo regime jurídico-legal naquilo que é o asilo e os refugiados e a questão da habitação está explanada no artigo 8.º onde se afirma que a autorização de residência “É concedida autorização de residência por razões humanitárias aos estrangeiros e aos apátridas a quem não sejam aplicáveis as disposições do artigo 1.º e que sejam impedidos ou se sintam impossibilitados de regressar ao país da sua nacionalidade ou da sua residência habitual, por motivos de grave insegurança devida a conflitos armados ou à sistemática violação dos direitos humanos que aí se verificarem. A autorização de residência referida no número anterior é válida pelo período máximo de cinco anos e renovável após análise da evolução da situação no país de origem.”. Outro desenvolvimento importante é a possibilidade de proteção temporária para pessoa deslocadas que saíram do seu país por conflitos armados que levaram ao fluxo de pessoas (Sousa e Costa, 2018). Esta proteção temporária foi provida em Portugal por duas vezes em 1988: na chegada de refugiados kosovares e na chegada de refugiados da Guiné-Bissau. A primeira vez foi na chegada de dois mil refugiados kosovares e tiveram proteção durante seis meses. Os refugiados estiveram dispersos por todo o país e foram apoiados por diversas entidades, incluindo entidades locais (Sousa e Costa, 2018). A segunda envolveu refugiados vindos da antiga colónia de Portugal, a Guiné Bissau. Chegaram quatro mil guineenses que receberam proteção durante um ano, com renovação por mais dois anos.

Esta proteção temporária foi regulamentada por lei em 2003, na lei n.º 67/2003 de 23 de agosto intitulada Proteção Temporária de Pessoas Deslocadas (Sousa e Costa, 2018).

No ano de 2008 foi aprovado um novo regime de asilo de acordo com a lei 27/2008 de 30 de junho – Concessão de Asilo ou Proteção Subsidiária. O conceito de proteção internacional foi incorporado nesta nova lei que foi estendida para designar o estatuto de refugiado e de estatuto de subsidiário de proteção (Sousa e Costa, 2018).

Em 2015 existiu um relevante fluxo de migrantes e refugiados na União Europeia com aproximadamente um milhão de migrantes principalmente na Grécia e em Itália (Sousa e Costa, 2018). O ano de 2015 foi um ano de crise e que mostrou as limitações do Common European Asylum System e da solidariedade entre os países da União Europeia. O processo de realojamento é muito demorado e este ponto tem sido uma das maiores críticas das instituições europeias já que as pessoas que esperam pela decisão, esperam em condições muito precárias (Sousa e Costa, 2018). Isto acontece porque o Common European Asylum System não está suficientemente estável. Existem regras específicas para determinar quais os Estados-Membros que tratam dos pedidos de proteção internacional de refugiados, pedidos esses que deviam ser analisados pelo país onde os refugiados entram, pela primeira vez, em território europeu, como a Grécia ou a Itália.

Portugal, em 2015, acordou com a Comissão Europeia de receber 2.000 pessoas para realojamento. No entanto, o país aceitou 4.500 e acabou por aumentar esse número para 10.000 refugiados (Sousa e Costa, 2018). Mas, na realidade, o país comprometeu-se com o ACNUR a acolher 1010 refugiados, tendo recebido, de 2015 até 2019, quase 20% deste comprometimento (Ministério da Administração Interna e Ministério da Presidência e da Modernização Administrativa, 2019). Politicamente, esta aceitação de refugiados foi uma oportunidade de mostrar capacidade de solidariedade interna e externa por parte de um país da periferia que tinha sido castigado por uma crise económica tendo em conta a indiferença da generalidade da Europa (Sousa e Costa, 2018). Por outro lado, existem fatores económicos e demográficos que levam à aceitação de refugiados já que Portugal carecia de trabalhadores qualificados e apresenta uma taxa de natalidade baixa (Sousa e Costa, 2018). Ainda assim, dos quase 3.000 refugiados em Portugal até julho de 2017, apenas 1.400 já estariam realojadas e muitos deles mudaram-se para outros países principalmente da Europa Central onde já teriam redes familiares e laborais estabelecidas (Sousa e Costa, 2018).

Em Portugal, durante a última década, de 2009 a 2019, houve um aumento no número de refugiados e de requerentes de asilo e uma diminuição do número de apátridas (UNHCR, 2019). De acordo com a UNHCR, em 2009, existiam 383 refugiados, 10 requerentes de asilo e 31 apátridas. Dez anos depois, existiam em Portugal 2375 refugiados, 1055 requerentes de asilo e 14 apátridas. Em 2019, o país de origem do maior número de refugiados é a Síria (768), ao passo

que, em 2009, era a Serra Leoa (53). A longo dos últimos 10 anos (2009 – 2019), os países de origem têm-se alterado, embora alguns se mantenham como a Guiné, Ucrânia ou a Colômbia. De 2015 até 2019, a Ucrânia é um dos países com maior número de refugiados em Portugal registando 436 em 2019. Relativamente ao número de refugiados sírios, este aumentou de 2016 (82) para 2017 (307). Entre 2013 e 2016 verificou-se um aumento acentuado no número de requerentes de asilo sírios em Portugal, passando de 10 para 300 em apenas 3 anos (UNHCR, 2019).

3. A integração de pessoas refugiadas em Portugal

Nos anos setenta e oitenta, os refugiados vinham sobretudo dos PALOP e este facto auferia aos refugiados algumas vantagens linguísticas, relações familiares e uma sensação de pertença a uma comunidade coétnica relativamente forte (Sousa, 1999). Mas, segundo Sousa (1999), recentemente os países de origem dos refugiados mudaram e são agora países sem ligação histórica a Portugal e que, por este facto, têm maior dificuldade de inserção até porque não existem medidas especiais para apoio social e de inserção. Estas alterações têm impacto na operacionalização de estratégias de intervenção social. O percurso migratório e as particularidades migratórias vão ter influência na forma de inserção, integração e adaptação do refugiado na sociedade, sejam particularidades pré-migratórias ou pós-migratórias. Os fenómenos pré-migratórios estão relacionados com pontos posteriores à partida do país de origem como os motivos da partida. Por outro lado, os fenómenos pós-migratórios têm a ver com fatores que acontecem após a viagem e chegada ao país de acolhimento.

Os conceitos de integração, inserção e adaptação tornam-se importantes no contexto do refúgio e da forma como os refugiados se sentem na sociedade de acolhimento. Assim, importa definir sociologicamente cada um dos conceitos. O conceito de integração é usado na literatura sociológica num plano micro e macro. Naquilo que é o plano micro, tem a ver com a forma como os atores são incorporados num espaço social comum. O plano macro está relacionado com o modo como são compatibilizados diferentes subsistemas sociais (Pires, 1999). O conceito de inserção pode ser relacionado com a participação e identificação com as formas de organização da sociedade em dois níveis: o nível sociopolítico (partidos políticos, sindicatos, entre outros) e o nível afetivo (família, amigos e religião) (Nunes e Camino, 2011). O conceito de adaptação está relacionado com a capacidade do indivíduo se integrar na sociedade e mais do que isso, de participar ativamente na sociedade de acolhimento (Sousa, 1999).

Assim, de acordo com Sousa (1999), a inserção de refugiados em Portugal difere com as particularidades pré-migratórias dos refugiados e, de acordo com o autor, estes processos de inserção são caracterizados tendo em conta os seguintes pontos: instabilidade e insegurança face ao estatuto de imigrante ou refugiado na sociedade portuguesa; mobilidade profissional descendente; privação de prestígio social que resulta da perda de papéis reconhecidos na

sociedade ou na família no país de origem; representação de um papel sem poder e que depende dos outros. E esta situação de risco e de maior fragilidade é mais visível e preponderante no caso das mulheres que chegam aos países de acolhimento com filhos.

A fase da inserção compreende três processos de acordo com Selim Abou (1988 in Sousa, 1999); estes processos ocorrem em simultâneo e são a adaptação, a integração e a aculturação embora o autor reconheça que este processo e percurso é mais difícil no caso dos refugiados. O conceito de integração está relacionado com a inserção dos refugiados nas esferas económica, social e política no país de acolhimento e este conceito também pode ser dividido em três fases: funcional, participação e aspiração. A fase funcional é onde o adulto consegue comunicar na língua do país de acolhimento e está inserido no mercado de trabalho; a fase da participação pretende que o indivíduo desempenhe um papel na vida política e a fase da aspiração dá-se quando o adulto decide ligar o seu futuro e o da sua família como membro da sociedade (Abou, 1988 in Sousa, 1999).

Dorais (1988 in Sousa, 1999) distingue os conceitos de integração de adaptação seguindo o mesmo plano de pensamento de Abou acima citado já que, para Dorais, o facto de um migrante ter um alto nível de integração não significa necessariamente que está adaptado ao seu novo modo de vida; assim define adaptação como integração cultural. A integração desenvolve-se tendo em conta fatores como a origem social do refugiado, o tipo de acolhimento no país de chegada, a presença de uma comunidade de pares e principalmente a existência de um plano socioprofissional (Dorais, 1988, in Sousa, 1999).

Ex, em 1966, tendo em conta uma perspetiva socio-antropológica, estudou os refugiados indonésios que chegavam à Holanda e identificou alguns fatores que dificultam ou facilitam a adaptação destes no país de chegada. Esses fatores são a personalidade individual da pessoa recém-chegada tendo em conta a sua cultura; o facto do idioma ser ou não diferente dos habitantes do país de chegada; pertencer a um grupo religioso; a posição política; o facto de ter ou não família constituída; integrar o mercado de trabalho; a convivência com outros refugiados que estão na mesma situação (in Sousa, 1999).

Para além dos fatores pré-migratórios definidos por outros autores abordados acima, Jacob (in Sousa, 1999) entende a adaptação e integração tendo em conta também fatores pós-migratórios. Os fatores pré-migratórios estão relacionados com características sociodemográficas como os motivos da partida, o idioma, o nível de escolaridade, ou fatores económicos, políticos ou sociais. Por outro lado, os fatores pós-migratórios estão relacionados com o acolhimento no país de chegada, a situação socioeconómica do próprio refugiado, a perspetiva de duração da permanência no país de chegada, a perceção do refugiado face à sociedade de acolhimento e a entrada no mercado de trabalho.

Num estudo que foi pioneiro relativamente à adaptação dos refugiados, Eisenstadt desenha quatro fases de adaptação ao estudar os refugiados israelitas. A primeira fase está relacionada com a aprendizagem do idioma, das normas e dos costumes; a segunda fase requer a aquisição de papéis na sociedade; a terceira está relacionada com a formação de uma nova identidade com os valores da sociedade de chegada; e a quarta etapa requer uma participação nas instituições da sociedade de chegada. Assim, para Eisenstadt tem de existir uma dessocialização para existir uma nova socialização na sociedade de acolhimento (Eisenstadt, 1954 in Sousa, 1999). Esta dessocialização é citada apenas por Eisenstadt que afirma ter de existir um afastamento da sociedade de origem para existir uma adaptação na sociedade de chegada.

Daniele Joly, após estudar e analisar inúmeras perspetivas sobre a influência do país de origem e dos seus condicionalismos na situação do refugiado, entende que todas estas perspetivas são limitadas porque não entendem a situação do refugiado no país de acolhimento como um processo social dando a entender que o processo de migração de um refugiado termina quando existe uma inserção na sociedade de chegada, o que, para Joly, é errado (in Sousa, 1999).

Joly entende, não só a posição objetiva dos refugiados face ao conflito tendo em conta os percursos pré-migratórios e pós-migratórios, mas também o envolvimento subjetivo dos refugiados face ao conflito (Joly, 1996 in Sousa, 1999). Assim, é necessário ter em conta a sua posição na sociedade de origem, ou seja, entender se já existia um contexto de exilo antes ou se se uniram pela experiência comum. Para perceber estes pontos subjetivos no contexto da migração, a autora define quatro indicadores fundamentais: a relação com país de origem; a resposta dada pela sociedade que os recebe; a existência de uma comunidade ou associação; e o sentimento de perda que os une (Joly, 1996 in Sousa, 1999). Relativamente à relação com o país de origem, esta pode ter influência na situação dos refugiados durante um longo período o que poderá atrasar e dificultar a adaptação ao país de acolhimento. Por outro lado, se a situação de refúgio for algo irreversível a adaptação pode ficar facilitada. Assim, a ideia do regresso será determinante na facilidade de adaptação e na visão da permanência ou duração do exilo (Joly, 1996 in Sousa, 1999). Uma aproximação dos antecedentes do refugiado e da população de acolhimento, o nível de escolaridade, o contexto económico e a existência de familiares na sociedade de chegada podem facilitar a adaptação. Outro fator a ter em conta, segundo Joly, é a existência ou futura constituição de uma comunidade ou associação; os familiares e pessoas do mesmo grupo ou comunidade podem recriar o contexto de mundo social que foi perdido. O último fator enumerado por Joly é o sentimento de perda coletivo que é algo que afeta em elevado grau a adaptação do refugiado. Estes são obrigados a uma deslocação daquilo que era o seu mundo e são privados de poder em ambos os países; no país de receção são deixados em campo ou centros de receção, são alimentados e alojados por associações ou outras organizações e são feitos pedidos de asilo ou refúgio (Joly, 1996 in Sousa, 1999).

Os refugiados ou requerentes de asilo diferem dos outros migrantes, não só relativamente às motivações de saída do seu país e à possibilidade de permanência de longa duração no país de acolhimento, mas também por ser um grupo com extrema vulnerabilidade e que, por isso, precisa de respostas políticas e sociais eficientes, direcionadas e abrangentes. A situação de vulnerabilidade deve-se a diversos pontos como fatores traumáticos, problemas psicológicos e deficiências que os refugiados podem sofrer devido ao facto de ser uma migração forçada, barreiras linguísticas, religiosas, de crenças, normas e valores e pela inexistência de documentação que possa atestar as suas habilitações literárias e experiências profissionais (Schmidt et Liebig, 2016 in Sousa, 1999).

O reconhecimento das habilitações e validação das competências são fundamentais para que os refugiados possam ter acesso a empregos que não sejam de setor pouco qualificados e pouco remunerados. Para isto devem existir políticas de acolhimento e integração de refugiados. Segundo Gonzalez Enriquez (2015), os refugiados ou migrantes que chegam ao Sul ou Este da Europa não querem pedir asilo nestes países por três razões: tradicionalmente, a taxa de aceitação dos pedidos de asilo são menores do que nos países do Norte; como consequência, nos países com maior taxa de aceitação foram-se formando comunidades de somalis, eritreios, paquistaneses, curdos, afegãos e sírios e por isso, os refugiados querem chegar a um local onde há pessoas do seu país de origem; a terceira razão é a diferença entre os apoios e direitos de um refugiado que chega a um país de Norte e Sul da Europa como a Suécia ou a Grécia respetivamente. Relativamente a este terceiro ponto, na Suécia os refugiados têm direito a dois anos de casa, aulas de sueco, apoio para integrar-se no mercado de trabalho enquanto que, na Grécia, os refugiados vivem na rua ou em campos de refugiados sem qualquer apoio do Estado.

Segundo Reis (2004), o Estado e as políticas são bastante importantes nas decisões relativas às migrações, mas não são agentes únicos já que muitos comportamentos da sociedade são fundamentais. Um dos principais desafios é a inclusão social dos refugiados; este conceito, segundo Millere e Dobelniece (2018, in Oliveira, 2019), é o processo de fornecimento de recursos, serviços e oportunidades de forma a garantir a participação dos indivíduos nos setores da sociedade, já Selimos e Jorge (2018, in Oliveira, 2019) afirmam que estar incluído socialmente é ser reconhecido como membro legítimo de uma sociedade. Existem, para Pantazis et al (2006 in Oliveira, 2019), quatro dimensões da exclusão social: empobrecimento, exclusão do mercado de trabalho, exclusão dos relacionamentos sociais e exclusão de serviços; esta dimensões derivam de várias razões como rejeição, discriminação, pobreza ou desemprego (Millere e Dobelniece (2018, in Oliveira, 2019).

O desemprego e a exclusão social dos refugiados face ao mercado de trabalho estão, muitas vezes, relacionados com o facto dos refugiados não terem os seus diplomas de estudos obtidos no país de origem reconhecidos e legalizados no país de origem. Assim, a educação, o emprego e a independência financeira estão interligados no que diz respeito à inclusão social já que a

educação formal dá acesso ao mercado de trabalho que facilita a independência financeira. Em 2016, os países membros da ONU, face à situação degradante dos refugiados sírios, reuniram-se para reafirmar o compromisso de respeitar os direitos humanos dos refugiados e apoiar de forma consistente os países de acolhimento (ACNUR, 2018 in Oliveira, 2019). Mas neste mesmo ano foi assinado um acordo entre a UE e a Turquia para conter a entrada de refugiados e evitar a sua entrada no continente europeu, permitindo a devolução de imigrantes ilegais à Turquia, onde, para cada imigrante devolvido, um imigrante que não tenha forçado a entrada será reinstalado na UE. O objetivo era não concretizarem a travessia irregular pelas ilhas gregas (Arias, 2017; Conselho Europeu, 2016 in Oliveira, 2019).

Ainda assim, a solução mais recorrente são os campos de refugiados e, os países europeus que se voluntariaram para acolher os refugiados desenvolveram medidas para ajudar os refugiados de forma a ampará-los e garantir todos os seus direitos (Pereira, 2016 in Oliveira, 2019). Já Santinho critica esta forma de acolhimento já que, para a autora, em muitos casos, o refugiado deixa de ser reconhecido como agente ativo e a sua vitimização e falta de controlo do seu dia-a-dia reduz os refugiados a indivíduos passivos e que só usufruem de benefícios sociais (2013). Assim, para a autora, uma forma de acolhimento mais acertada deverá garantir reconhecimento enquanto cidadãos aos refugiados através do seu envolvimento político e social (Santinho, 2013: pp.27 in Oliveira, 2019).

Para Murray (2015, in Oliveira, 2019) este problema pode ser solucionado de duas formas: limitar ou abolir os subsídios assistencialistas e o processo de migração legal deve ser mais facilitado. Assim, para que os direitos humanos sejam assegurados tendo em conta a redução ou abolição dos subsídios providos pelo Governo do país de acolhimento, é necessário que seja garantido o direito ao trabalho. O direito ao trabalho é, para Lobo e Sampaio (2016 in Oliveira, 2019) um direito fundamental do ser humano. A atividade laboral é também uma atividade social (Duraffourg, Duc e Durrive, 2007, in Oliveira, 2019) e, por isso, permite ao ser humano refugiado produzir-se como um ser social e garante meios de subsistência que reduzem a vulnerabilidade e possibilita uma vida digna (Ruaudel e Zetter, 2018 in Oliveira, 2019).

A inserção no mercado de trabalho é o fator que se encontra presente em todos os estudos e perspectivas sobre a inserção, adaptação e integração na sociedade de acolhimento por parte dos refugiados.

Em Portugal, existem diversos estudos sobre a temática dos refugiados e migrantes em diversos pontos como políticas de proteção, a receção dos refugiados no país, a participação dos refugiados em diversas áreas da vida ou identidades e representações dos refugiados. Contudo, com a exceção do período que antecede e durante a Segunda Guerra Mundial, o fenómeno dos refugiados não tem qualquer semelhança com outros países da Europa Ocidental e doutros pontos do mundo, pelo menos em termos quantitativos. Existe um considerável número de pessoas de

origem africana, principalmente dos PALOP, que foge no processo de descolonização. Razões geográficas e sobretudo razões políticas são razões para Portugal não ser um país de chegada privilegiado por parte dos refugiados e requerentes de asilo naquilo que é o contexto europeu (Sousa, 1999).

O mecanismo de recolocação de refugiados elaborado pela Comissão Europeia é uma solução encontrada pela União Europeia para integrar um grande número de refugiados, ainda assim as estratégias são diferentes em cada Estado-Membro e isso torna algumas mais eficientes do que outras. A Alemanha e a Suécia são dois países que analisam cuidadosamente os perfis dos requerentes, principalmente a nível da experiência laboral e isso permite uma melhor integração (Bordignon et al, 2016 in Rodrigues, 2017). Pelo contrário, as políticas dos países mediterrânicos são menos cuidadosas deixando as políticas de integração ao cuidado e dependentes dos recursos locais (Bordignon et al, 2016 in Rodrigues, 2017).

Assim, a integração de refugiados nos países da Europa que os acolhem tem colocado diversos desafios relacionados com a dimensão do fenómeno e com diversas variáveis culturais, linguísticas e sociais. Isto acontece, como acima descrito, porque o fenómeno da integração exige uma multiplicidade de fatores como as representações culturais dos países de acolhimento, os traumas, as expectativas e os desejos que os refugiados perseguem (Pasikowska-Schnass, 2017 in Pereira et al, 2019).

Santinho (2013) considerou que Portugal e as suas instituições estatais não estavam preparados para um fluxo considerável de refugiados porque não existe coordenação entre vários serviços, não existem técnicos nem formações específicas. De acordo com a autora, em Portugal tal como noutros países da Europa, deveria existir uma maior e melhor articulação entre diversos serviços como a Segurança Social, IEFP ou o Ministério da Saúde e também entidades de poder local e organizações não governamentais. Para Santinho (2013) outra diferença que também é necessária é nas políticas públicas e nos cidadãos porque o grande desafio é não olhar para os refugiados com um olhar de vitimização e garantir-lhes o direito de serem vistos como cidadãos estimulando a sua intervenção social, pública e cultural. Reconhecerem o envolvimento dos refugiados nas ações de integração e da sua voz ativa é a forma mais eficaz para estes terem um vida digna e onde se respeitem os direitos humanos (Santinho, 2013).

Portugal tem evidenciado um posicionamento político, social e ideológico favorável à receção de refugiados (Sacramento e Silva, 2018). O Governo português tem um discurso onde mostra a disponibilidade nacional para acolher refugiados como sendo um imperativo ético e assim afasta-se de alguns discursos isolacionistas assumidos por outros Estados-membros. Procura resgatar a visão histórica e identitária de Portugal como sendo multicultural, humanista e cosmopolita (Sacramento e Silva, 2018).

As autoridades portuguesas têm revelado uma procuração por assegurar uma dispersão geográfica naquilo que se refere à instalação dos refugiados no território. Até 2015, os refugiados que chegaram ao país concentravam-se em Lisboa (Sacramento e Silva, 2018). Mas os fluxos mais recentes colocaram os territórios do interior na geografia do acolhimento, é assim uma oportunidade de desenvolver o território e promover o repovoamento. Esta perspetiva do Primeiro Ministro António Costo foi bastante criticada e este adotou uma nova justificativa que seria o facto não quererem levar a um concentração excessiva que promove a criação de potenciais guetos (Sacramento e Silva, 2018).

Num primeiro período, a chegada de refugiados a Portugal é organizada, de forma externa, pelo Governo e sobretudo pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros e, internamente, este Ministério assume a responsabilidade de operacionalizar a lei do asilo e assegurar a tramitação burocrática naquilo que são os processos de residência. Já os processos de instalação são responsabilidade do ACM que reconfigurou alguns dos seus serviços de forma a ser mais eficiente na execução das políticas de acolhimento e integração dos refugiados e aproximar as respostas sociais às necessidades (ACM, 2016 in Sacramento e Silva, 2018).

Portugal não tem, ao contrário dos países nórdicos, uma experiência acumulada relativamente à receção e integração de refugiados (Sacramento e Silva, 2018). A partir de 2015, o país viu-se a acolher mais refugiados e a ter de os distribuir de forma mais equilibrada pelo território e para isto teve de existir um envolvimento das autarquias e das instituições (Sacramento e Silva, 2018). Este envolvimento tem demorado tempo e enfrentado vários obstáculos. Apesar de existir uma constante melhoria dos dispositivos, ainda existem muitas indefinições e falta de recursos e respostas que condicionam a eficaz intervenção social, sobretudo no interior de Portugal (Sacramento e Silva, 2018).

Silva e Sacramento (2018) destacam alguns problemas estruturais que afetam a receção e integração de refugiados em Portugal. Estes problemas são: a) a falta de preocupação do sistema em adequar o perfil dos refugiados ao perfil dos territórios que os vão receber; b) escassez de tempo, recursos e *knowhow* das entidades locais para prepararem um acolhimento; c) a inexistência de um sistema de tradução eficaz, o compromete a atuação dos técnicos; d) a debilidade das estratégias de aprendizagem da língua portuguesa, sendo escassa a existência de cursos estruturados para refugiados ou migrantes; e) inexistência de oferta de formação profissional adequada ao perfil dos refugiados bem como de uma estratégia sustentada na inserção laboral que se associe à aprendizagem da língua; e f) problemas de articulação formal com alguns serviços públicos na área da saúde, segurança social, finanças e educação, e outros. Para além destes problemas/desafios existe a inexistência académica e institucional do chamado *settlement social work* (trabalho social de acolhimento) que é entendido como o conjunto de abordagens transculturais e etnicamente sensíveis que visam a promoção da cidadania dos imigrantes e a harmonização das suas relações com os habitantes locais (Valtonen, 2008 in

Sacramento e Silva, 2018). Isto implica, de acordo com Sacramento e Silva (2018), um abordagem à escala comunitária para estimular a capacidade de agir e de civismo das pessoas refugiadas e, por outro lado, potenciar a informação e educação junto das comunidades de acolhimento. Os técnicos devem, portanto, afastar-se de tendências assimilacionistas (Ambrosini e Boccagni, 2015 in Sacramento e Silva, 2018) onde a integração dos refugiados depende da sua capacidade de se adaptarem aos valores, crenças e modos de vida dominantes na sociedade de acolhimento, mas guiarem-se pelo modelo cosmopolita onde existe uma simultaneidade inclusiva de culturas conviventes sem lógicas de exclusão, sem hierarquias ou processos de dissolução ou assimilação (Sacramento, 2016 in Sacramento e Silva, 2018).

A intervenção social deve ser vista com base num princípio de consagração e promoção dos direitos. A vulnerabilidade dos indivíduos pode ser agravada quando a não concretização de pontos fundamentais dos direitos humanos existe. Estes pontos fundamentais são, por exemplo, o acesso à educação, o ensino da língua, a inserção socio-laboral, a proximidade aos serviços de saúde e a bens culturais (Sacramento e Silva, 2018).

4. A comida como peça central na identidade

A comida é mais do que uma fonte de energia e nutrientes. O que comemos, como comemos e quando comemos reflete a complexidade de disposições culturais sobre os alimentos e as práticas alimentares (Koc e Welsh, 2002). A alimentação é uma peça-chave da socialização humana e desenvolvimento da consciência do corpo. Barthes (1975 in Koc e Welsh, 2002) afirma que os alimentos, as técnicas de preparação e os hábitos alimentares fazem parte de um sistema de diferenças entre os significados e de nos comunicarmos por meio da comida. A comida é uma peça fundamental da nossa cultura e central no sentido de identidade (Koc e Welsh, 2002). No entanto, as identidades não são fixas, mas têm fluidez e reconstróem-se tendo por base certas formações sociais e refletem constrangimentos estruturais reais e experiências de vida dos sujeitos (Koc e Welsh, 2002). Os indivíduos, ao longo da sua vida, assumem diferentes identidades e a formação dessas identidades não depende apenas dos indivíduos, estão também sujeitas a condições sociais e históricas que definem essas identidades (Koc e Welsh, 2002). Assim, a identidade é mais do que algo fixo, é reconstruída através da relação com os outros durante todas as experiências do dia-a-dia (Koc e Welsh, 2002). A identidade cultural é manifestada em diversas práticas quotidianas como a religião, o idioma, a forma de vestir, a arte e a música (Bramadat, 2001; Bhugra et al, 1999 in Koc e Welsh, 2002).

Esta fluidez da identidade pode ser observada no comportamento dos imigrantes e refugiados. O facto de se movimentarem entre espaços geográficos e culturais mostram uma visão mais clara daquilo que é a fluidez de identidade e as fronteiras culturais de mudança (Koc e Welsh, 2002).

As práticas alimentares são um instrumento ideal para compreender os processos de adaptação associados à imigração e ao refúgio, pois os alimentos, sendo uma necessidade

essencial, define a experiência humana. A preparação e o consumo de alimentos são atos físicos e simbólicos que costumam ser usados para comunicar uma individualidade ou a associação de um indivíduo a um grupo maior (Wilk, 1999 in Weller e Turkon, 2014). Como tal, a comida é um símbolo principal usado para manter a solidariedade do grupo e a identidade pessoal. Ao atuar como “ponte” entre os imigrantes/refugiados e o seu país de origem, a comida também funciona como um “armazém” que os imigrantes utilizam para resistir à incorporação e para transmitir sua identidade cultural aos filhos (Cook, 2008; Ferrero, 2002 in Weller e Turkon, 2014).

O ato de preparar, cozinhar e experimentar determinados alimentos ajuda os indivíduos a recriarem memórias passadas. Aquilo que comem, a partilha e prepararem alimentos específicos traz um sentimento de nostalgia dos seus amigos, familiares e lugar (Weller e Turkon, 2014). Assim, consumir comida associada ao seu país de origem ajuda a manter a conexão embora a distância física.

A imigração e o refúgio são sempre associados à incorporação de novos alimentos, novas formas de comer e a perda da forma de comer de origem (Vallianatos e Raine, 2008 in Weller e Turkon, 2014), mas isto depende da situação de cada imigrante/refugiado.

Capítulo 2

O conceito de representação

Neste capítulo, iremos analisar o conceito de representação tendo por base os contributos de Émile Durkheim e de Serge Moscovici após termos analisado historicamente o referido conceito.

1. Análise histórica do conceito

O século XIX foi o século dos ideais revolucionários e dos movimentos operários. Isto levou a novos valores, crenças e ideias no mundo. Neste século foram reconstruídas diversas teorias e a teoria das representações coletivas foi umas das teorias a ser reconstruídas (Reis e Bellini, 2011).

No início da Teoria das Representações, o conceito de representação estava dividido em dois níveis: o individual e o coletivo porque aquilo que explicava os fenómenos coletivos eram diferentes daquilo que explicava os individuais (Reis e Bellini, 2011). Os teóricos deste início, que são Alfred Schutz, Max Weber, Karl Marx, Georg Simmel e Émile Durkheim, pensavam no carácter individual (exceto Durkheim que analisava o conceito no nível coletivo) do conceito. Schutz associou o conceito de Representações Sociais ao termo “senso comum”; o senso comum tem, tal como o saber científico, conjuntos de abstrações e generalizações. Assim, a vida quotidiana era repleta de significados e portadora de estruturas que importam para os grupos sociais agirem, viverem e pensarem em contextos sociais. Os significados são elaborados tendo por base as construções mentais e as representações do senso comum (Reis e Bellini, 2011). Weber associou representação à ideia, ao espírito, à conceção e à mentalidade de forma a elaborar a sua ideia de visão de mundo. A vida em sociedade é repleta de significados culturais que provém da base material e das ideias (Reis e Bellini, 2011). No caso da teoria marxista, o ponto principal no que diz respeito às representações é a consciência. Assim, Marx afirma que as representações e as ideias têm conteúdos da consciência que são determinadas pela prática social (Rêses, 2004). Relativamente ao pensamento de Marx e Weber podemos perceber que Marx conceptualiza o termo classe e Weber utiliza “sociedade” como um conceito geral (Rêses, 2004). Simmel analisa as ideias ou representações como sendo um operador que permite ações entre os indivíduos para formar uma identidade seja a Igreja ou um partido político, ou seja, existe uma passagem de um nível micro para um nível macro (Rêses, 2004). Já Durkheim afirma que o indivíduo sofre pressão das representações que dominam a sociedade, ou seja, a sociedade expressa os sentimentos individuais. Assim, as representações não são conscientes pelos indivíduos e, então, as representações sociais conservam em si a marca da realidade social de onde provêm, mas também têm vida independente (Reis e Bellini, 2011). Embora Durkheim e Marx mostrem a anterioridade da vida social no que diz respeito às representações, para Marx a consciência resulta das relações sociais contraditórias entre as classes e para Durkheim a sociedade é o resultado das consciências (Rêses, 2004).

2. Representações coletivas vs Representações sociais

O conceito de representações coletivas é central em Durkheim e em termos teóricos mantém semelhanças com o conceito de facto social. O conceito de facto social de Durkheim pode ser definidos como sendo geral, coercivo e exterior, ou seja, são regras no modo de agir dos sujeitos de determinada sociedade; estas regras são exteriores aos indivíduos e coercivos na medida em que atuam como forças externas ao indivíduo (Durkheim, 1998)

As representações podem ser analisadas em termos teóricos, empíricos e sociais. O conceito de representações é, tal como o conceito de facto social, coletivo, exterior e objetivo. Empiricamente, qualquer objetivo pode ser mentalmente representado, já que as representações são funções mentais. No mundo social, as representações resumem o que os indivíduos pensam sobre si mesmos e sobre a realidade (Oliveira, 2012). Assim, de forma sintética, as representações sociais são uma forma de conhecimento socialmente produzida.

As representações coletivas sobrepõem-se às representações individuais porque são resultado de um trabalho coletivo e por isso não podem ser reduzidas aos indivíduos. Estas representações resultam da interação e dos vínculos sociais entre os indivíduos e, por isso ultrapassam o próprio indivíduo ganhando realidade própria (Oliveira, 2012). Para além desta ultrapassagem do indivíduo, as representações coletivas impõem-se aos sujeitos de forma coerciva como formas de expressão, reconhecimento e explicação do mundo (Rêses, 2004). As representações coletivas aparentam-se, pois, como facto social. Segundo Durkheim, os factos sociais são distintos de outros factos naturais em três pontos: a) a coerção social que são o conjunto de regras, crenças e valores definidos para regular as relações sociais; b) a exterioridade relacionada com as vontades coletivas que existem independentes das vontades individuais; c) a generalidade que está relacionada com a aceitação por parte de todos dos factos sociais (Santos e Dias, 2015).

Durkheim não se limita apenas à observação e análise do que é dito pelos indivíduos para representar a realidade, mas analisa também a forma como a representação se dispõe territorialmente face à realidade (Oliveira, 2012). Durkheim partia do princípio que a ciência tinha de reconhecer a diferença entre individual e coletivo para conseguir estudar as representações. Para Durkheim, a base da representação coletiva era a sociedade na sua totalidade e por isso é impessoal, permanente. Esta permanência garante a ligação necessária entre os indivíduos e a harmonia da sociedade. Por outro lado, a base da representação individual era a consciência de cada indivíduo e por isso era subjetiva e perigosa para a ordem social (Silva, 2004).

O conceito de representações coletivas serviu de guia para as ações sociais, desenvolvida pela Psicologia Social e principalmente por Moscovici. A conceptualização da teoria de representações sociais de Moscovici tem proximidade com a teoria de representações coletivas desenvolvida por Durkheim. Tal como o próprio Moscovici reconhece, a teoria de Durkheim foi o

seu alento, mas que as duas teorias não são a mesma coisa embora próximas. Na visão de Moscovici, a sociedade pensada por Durkheim era estática e tradicional e, por isso, substituiu o termo “coletivo” por social”. Para Moscovici, o conceito “social” descrevia melhor a forma como eram as sociedades: dinâmicas e fluídas. Atribuiu o conceito de representação aos grupos sociais nos quais os indivíduos se inserem ao longo da vida e não à sociedade como algo indivisível. Isto significa que grupos diferentes concebem representações diferentes sobre o mesmo objeto.

A teoria das representações sociais de Moscovici está relacionada com as explicações concebidas pelo senso comum e não no saber complexo e estruturado como a religião, linguagem ou ciência que é um ponto importante no quadro teórico de Durkheim. Uma das críticas de Moscovici à teoria de Durkheim é o facto do conceito de representações coletivas englobarem diversas formas de conhecimento como religião, mitos e ciência. Isto, na opinião de Moscovici, dificulta a utilização do conceito. Portanto, Moscovici constrói o seu quadro fazendo duas alterações ao conceito de Durkheim: as representações podem ser uma forma particular de elaborar conhecimento e podem ainda ser uma forma de transmitir conhecimento entre indivíduos. Daí o termo “sociais”.

Para Sá (1995 in Araújo, 2008), a grande distinção entre as duas teorias é o facto das representações coletivas serem vistas como dados e factos explicativos absolutos inabaláveis por qualquer análise e não como fenómenos que possam ser explicados por si próprios. Já para a Psicologia Social, a diferença pode ser a forma como as representações são estudadas e analisadas no seu método de pesquisa. Outra diferença destacada é o facto da ação dos indivíduos, para Durkheim, não terem influência direta no fenómeno social; o fenómeno social e a ação dos indivíduos são vistos como algo separado, enquanto Moscovici entende que o indivíduo, quando reunido em grupos sociais, tem um papel atuante na construção das representações sociais já que vão produzir um conjunto de informações sobre a realidade (Araújo, 2008).

A teoria das representações coletivas de Durkheim e a teoria das representações sociais de Moscovici são distintas. Tal como referido acima, Durkheim não se cinge apenas à observação e análise do que é verbalizado pelos indivíduos naquilo que representa a realidade já que esta representação ocorre mesmo “pela maneira como se dispõe territorialmente, face à realidade” (Araújo, 2008). Por outro lado, Moscovici dá destaque à verbalização e ao discurso dos indivíduos que compõem o grupo sendo, então, a entrevista o método mais importante. Por isso, a teoria das representações sociais baseia-se na realização e análise das entrevistas qualitativas e observação do discurso dos entrevistados (Araújo, 2008). Na teoria das representações sociais, perceber o senso comum, principalmente através de entrevistas qualitativas, é de extrema importância porque é na utilização deste que os grupos sociais vão construir uma definição da realidade e é parte dele que vão agir e significar determinada ação de acordo com a sua história e com o conjunto conhecimentos que já possui. Então, as representações sociais dos grupos têm influência no olhar que este lançam sobre a sua vida do dia-a-dia e influenciam a sua ação; percebe-se assim a

relação entre o subjetivo e o objetivo sendo o subjetivo o olhar do sujeito e o objetivo a realidade, já que nesta relação a realidade ganha nuances de subjetividade ao ser relacionada pelos indivíduos a símbolos para se alcançar o seu entendimento (Araújo, 2008).

A teoria das representações sociais de Moscovici possui um conjunto de elementos e funções que são organizadas de forma sistemática para serem utilizadas como instrumento de análise. Para Jodelet (in Araújo, 2008), as representações sociais têm três funções básicas: uma função cognitiva de interação, uma função de interpretação da realidade e a função de orientação das condutas e das relações sociais. Estas três funções são articuladas e permitem aos indivíduos que integram os grupos sociais entender a realidade que os cerca e com a qual convivem e se relacionam. Assim, não se constrói representações sociais sobre o que não se relaciona ou do qual existe pouco conhecimento (Araújo, 2008).

O conceito de representações sociais contribui para um grupo social nas suas peculiaridades e é um dos instrumentos com o qual os indivíduos aprendem o meio ambiente. Para Moscovici (Araújo, 2008), as representações sociais são como teorias elaboradas pelos grupos para aprender e definir os dados com os quais se relacionam e, por isso, essa teoria pode ser importante para a pesquisa antropológica e sociológica. Esta análise é importante não só para verificar quais são e em que contexto as relações sociais se deram mas também qual a precessão que os indivíduos e ator sociais têm sobre elas.

Assim, Moscovici (1981: pp. 181 in Rêses, 2004) define representações sociais como “o conjunto de conceitos, proposições e explicações originado na vida diária no curso das comunicações interindividuais. Elas são o equivalente, na nossa sociedade, dos mitos e sistemas de crenças das sociedades tradicionais; elas podem também ser vistas como a versão contemporânea do senso comum”.

Capítulo 3

Metodologia da pesquisa

1. Objetivos e técnicas de pesquisa

A pesquisa realizada teve como objetivo um estudo exploratório sobre refúgio e restauração onde os objetivos principais foram perceber o significado atribuído à comida e ao trabalho na restauração em termos identitários e de integração no país de destino.

Neste estudo, a metodologia utilizada foi uma metodologia qualitativa. A metodologia qualitativa envolve abordagens interpretativas do tema estudado onde o pesquisador investiga num ambiente natural e interpreta os fenómenos segundo a percepção dos participantes. Maria Minayo (2014 in Pinto et al, 2018) define metodologia qualitativa como sendo capaz de integrar o significado e a intencionalidade como algo inerente às ações, às relações e às estruturas sociais que são encaradas como construções humanas significativas, ou seja, a pesquisa qualitativa procura perceber os significados, os motivos, as crenças e as atitudes onde o investigador procura compreender o significado que os participantes atribuem às experiências. Os dados recolhidos através da metodologia qualitativa são maioritariamente descritivos e a análise dos mesmos é feita de forma indutiva. A escolha da metodologia recai no facto deste ser um estudo exploratório onde se procuram perceber os significados que os participantes atribuem às suas experiências migratórias (Minayo, 2014 in Pinto et al, 2018).

Tendo em conta que a metodologia utilizada é a qualitativa, o método de pesquisa utilizado foi a entrevista. A entrevista foi definida por Haguette (1997, in Miranda, 2009) como sendo um “processo de interação social entre duas pessoas na qual uma delas, o entrevistador, tem por objetivo a obtenção de informações por parte do outro, o entrevistado”. Os dados recolhidos podem ser de carácter objetivo e subjetivo e, embora os dados objetivos possam ser recolhidos através de outros métodos de pesquisa, os dados subjetivos só podem ser recolhidos através da entrevista porque estamos a entrar no campo dos valores, das atitudes e das crenças dos participantes entrevistados (Miranda, 2009).

A entrevista, segundo Carmo e Ferreira (1998: pp.129), pode assumir diversos formatos para se adequar ao ambiente e aos objetivos do estudo definidos pelo investigador; e tendo isto conta o tipo de entrevista utilizado neste estudo foi uma entrevista semiestruturada já que, neste tipo de entrevista, são combinadas perguntas abertas com perguntas fechadas para que o entrevistado tenha a possibilidade de “vaguear” pelo tema proposto. Esta entrevista deverá seguir o guião, ou seja, o conjunto de questões que foram definidas à priori, sem ser retirada a liberdade ao entrevistado. O papel do entrevistador é o de guiar a entrevista de volta ao tema sempre que o entrevistado “fugir do tema” (Miranda, 2009). Assim, como entrevistadora, procurei conduzir as

entrevistas ao colocar as questões ou abordar temáticas que tinha definido antes da entrevista sem interromper nem limitar as respostas dos entrevistados.

O método escolhido inicialmente para responder aos objetivos propostos era a observação seguida de entrevista e a etnografia digital. A etnografia é um método que abrange outros métodos que envolvem o contato social direto e continuado com os agentes da investigação como a observação participante (Salgado, 2015). Iriam ser feitas visitas aos dois restaurantes seguindo-se depois a realização de entrevistas de forma a responder aos objetivos propostos. Ao mesmo tempo iriam ser analisadas as opiniões dos clientes em diversos sítios da internet de forma a perceber qual a expectativa, a opinião e a visão dos clientes face aos restaurantes. O objetivo desta etnografia digital era perceber fundamentalmente se os clientes olham para os restaurantes como um restaurante comum ou se o facto de ser um projeto com refugiados influencia de alguma forma a visão dos clientes. O esquema metodológico teve de sofrer diversas alterações devido ao estado atual do país e do mundo pelo novo coronavírus. Tornou-se, assim, impossível fazer observação nos restaurantes complementado com a entrevistas, e optei pela entrevista semidiretiva já que não envolvia um contacto prolongado e, em casos excecionais, poderia ser feita de forma digital.

2. Participantes

Após uma revisão da literatura e definição dos objetivos de investigação, os restaurantes onde aplicar as entrevistas foram escolhidos, e, ao longo do mês de setembro de 2020 foram realizadas entrevistas semidiretivas a pessoas que trabalham em restauração do Médio Oriente tanto empregados como proprietários. Estes participantes são oriundos do Médio Oriente. Foi ainda entrevistada a diretora da Associação Pão a Pão que, embora seja portuguesa, foi fundamental para a abertura de um dos restaurantes em estudo. Tomei a decisão de entrevistar a diretora da Associação porque esta associação foi crucial para a abertura de um dos restaurantes escolhidos e importava perceber todo o processo de abertura e a importância de trabalhar com comida do Médio Oriente para a associação. A escolha dos restaurantes a serem estudados recaiu em dois restaurantes de comida do Médio Oriente e essencialmente síria na Área Metropolitana de Lisboa. Esta escolha deve-se ao facto de serem os primeiros restaurantes em Lisboa de comida síria e sobretudo por serem dois restaurantes cuja representação nos media e no discurso público está associada ao facto de existir um envolvimento com refugiados.

Os restaurantes escolhidos foram o Mezze Portugal, Pão a Pão que se situa no Mercado de Arroios e o restaurante Tayybeh que se situa em Moscavide. O restaurante Mezze Portugal abriu em meados do ano de 2017 e desde logo ganhou uma grande visibilidade nos média por ser o primeiro restaurante sírio a abrir em Lisboa, mas quando se tomou conhecimento que este restaurante era um projeto da Pão a Pão que é uma Associação para a Integração de Refugiados do Médio Oriente a repercussão foi muito maior. Já o restaurante Tayybeh que se situa em Moscavide foi aberto em fevereiro de 2019 e é propriedade de dois refugiados sírios.

De forma a realizar as entrevistas, entrei em contacto com os dois restaurantes por email onde explicava o motivo do contacto e perguntava se era possível combinarmos uma entrevista. Só foi possível entrar em contacto com os restaurante após o final do confinamento devido à pandemia de COVID-19 e consequentemente após a reabertura dos restaurantes. No caso do Mezze, recebi resposta informando-me que grande parte da equipa se encontrava de férias e para os contactar em setembro. Entrei em contacto, de novo, no início de setembro de 2020 e recebi resposta por parte da fundadora do restaurante e da associação quase imediatamente. Agendei, de acordo com a fundadora, uma ida ao restaurante onde conversei com a fundadora e dois colaboradores do restaurante. As três entrevistas realizadas foram realizadas com os cuidados sugeridos pelas contingências pandémicas como o distanciamento, a utilização da máscara. A entrevista a uma das cofundadoras foi realizada através do Skype já que esta vive numa cidade no norte do país e era impossível ser feita de forma pessoal. No caso do Tayybeh, existiram alguns problemas para agendar uma visita ou até uma entrevista online. Entrei em contacto em agosto de 2020 por email e por Facebook, mas não recebi qualquer resposta. Durante alguns dias tentei contactar também por telefone, mas também não recebi resposta. Em outubro entrei de novo em contacto e obtive resposta perguntando se era possível realizar a entrevista online. A entrevista foi realizada no mês de outubro de 2020 através de uma chamada de vídeo no WhatsApp onde consegui conversar com o proprietário do restaurante.

3. Recolha e análise dos dados

As entrevistas, que se encontram nos anexos, foram realizadas utilizando um guião de entrevista. O guião foi desenvolvido tendo em conta três princípios básicos: o Princípio da clareza porque as questões devem ser claras e concisas; o Princípio da coerência porque as questões devem corresponder à intenção da própria pergunta e o Princípio da neutralidade porque as questões não devem induzir a uma resposta (Amaro et al, 2005). Este guião foi elaborado tendo em conta os objetivos específicos deste estudo e está dividido em seis blocos de questões específicas com quatro temas principais. O primeiro bloco de perguntas está relacionado com a caracterização sociodemográfica dos participantes. O segundo tema envolve as experiências migratórias e de refúgio. O terceiro tema tem a ver o processo de integração em Portugal. O quarto tema tem a ver com as condições de vida e práticas alimentares. O quinto tema pode ser encarado como o centro de todo o guião e está relacionado com a experiência na restauração e a representação da comida síria. Por último coloquei algumas questões relacionadas com a atual contingência pandémica de forma a perceber como se organizaram e como foi vivida a pandemia no restaurante.

As entrevistas foram realizadas em língua portuguesa, exceto uma das entrevistas que foi realizada em inglês.

Os dados recolhidos nas entrevistas foram analisados tendo por base uma análise de conteúdo temática (Bardin, 1977: pp.121-128). Esta análise de conteúdo temática organiza a

Restauração e refúgio

análise tendo em conta três pontos: a pré-análise, a exploração do material o de interpretação dos resultados. Os participantes foram identificados por números de forma a manter o anonimato e foi elaborada uma breve descrição de cada participante tendo em conta a observação e as entrevistas realizadas. Todos os participantes assinaram o Consentimento Informado antes da realização da entrevista.

Capítulo 4

Resultados e discussão

1. Os restaurantes

Conforme mencionado acima, a pesquisa envolveu dois restaurantes. O primeiro deles é o Mezze que se situa no Mercado de Arroios e foi inaugurado em setembro de 2017. Conforme relatado pela Participante 3, a ideia do restaurante nasceu de uma conversa entre duas dos cofundadores do restaurante. Uma das cofundadoras, identificada com Participante 2, de origem síria, estava num programa de estudo universitário e afirmou que tinha saudades do pão sírio. Uma conversa em torno das saudades deu origem à Associação Pão a Pão e, a seguir, ao restaurante. A ideia inicial seria abrir uma padaria, mas o pão é uma parte importante de uma refeição árabe e funciona como uma colher. Portanto, para a Participante 3, seria mais concretizável trazer toda a refeição árabe através de um restaurante. O restaurante surgiu, tal como me contou a Participante 3, porque lhes pareceu uma resposta positiva para a chegada de pessoas vindas de campos de refugiados noutros pontos da Europa e que chegam a Portugal. Este restaurante forma e emprega refugiados e migrantes; importa destacar que o Mezze procura empregar mulheres que nunca tiveram um emprego, mas que têm experiência em confeccionar as refeições das suas famílias. O projeto do Mezze foi notícia por ser pioneiro nesta área já que não existiam mais restaurantes sírios em Lisboa acrescentando ainda o facto de ser confeccionada por refugiados. Esta projeção levou, nas palavras das Participantes que fundaram o Mezze, à ajuda de inúmeras entidades e particulares. As Participantes 2 e 3 contam-me que o crowdfunding que fizeram para abrir o restaurante foi bastante bem-sucedido e, além dos apoios de instituições, parceiros privados e cidadãos, este é um projeto da comunidade. A grande projeção mediática do projeto e os protocolos com algumas instituições de acolhimento dos refugiados fazem com que o projeto já se tenha tornado conhecido fora do país e por isso muitos refugiados no campos na Turquia ou na Grécia já o conheciam.

A Associação¹ foi criada com vista a abertura do Mezze e tem como objetivos contribuir para uma inclusão na sociedade portuguesa dos refugiados do Médio Oriente, algo que se tem alargado a migrantes desta região do mundo já que o facto de não terem estatuto de refugiado não faz com que as pessoas não precisem de ajuda, contou-me a Participante 3. Através do Mezze empregam e capacitam os refugiados para trabalhar num restaurante, e a ideia é dar estabilidade laboral a pessoas que “já enfrentaram dificuldades incalculáveis” diz-me a Participante 3. Ainda assim, encontraram várias dificuldades. A primeira delas trata-se de lidar com uma população que não fala a mesma língua e que, em alguns casos, chegou há poucos meses ao território português e,

¹ Começou por ser uma Associação Sem Fins Lucrativos que se precisou de constituir formalmente para desenvolver o projeto do Mezze, mas atualmente têm o estatuto de Organização Não Governamental para o Desenvolvimento atribuído pelo Instituto Camões.

por isso, existe a possibilidade de não se conseguirem comunicar ou precisar de um tradutor para esse efeito. Outra dificuldade que encontraram foram as diferenças culturais.

Por outro lado, o Tayybeh situa-se em Moscavide onde abriu no início de 2019 e este é o primeiro restaurante de comida exclusivamente síria em Lisboa. Enquanto que o Mezze é um projeto da comunidade e de uma Associação, o Tayybeh é um projeto familiar criado por um casal sírio a residir em Portugal desde 2016. A ideia de criar o Tayybeh surgiu da parte da esposa e, além do aspeto económico que é um ponto importante, o objetivo do Tayybeh é dar a conhecer a cultura síria através de um enquadramento pessoal da história dos proprietários já que todos os pratos têm uma história familiar ou cultural desconhecido para os clientes e que os proprietários fazem questão de partilhar. Não tiveram apoio de entidades nem dos media, por isso, todo o processo de abertura passou pelo casal. Contrataram uma senhora síria para os ajudar no catering já que os indivíduos eram engenheiros e foi uma “mudança de 180º”, nas palavras do Participante 5. Depois conseguiram encontrar o espaço onde hoje se encontra o restaurante e alugá-lo, mas, para o Participante 5, era algo quase impossível porque não tinham condições financeiras.

2. Os participantes da pesquisa

Nesta pesquisa, foram recolhidas cinco entrevistas. Três deles são do sexo feminino e dois do sexo masculino. Relativamente à idade, o participante mais velho tem 45 anos e o mais novo tem 25 anos. No que diz respeito à procedência dos participantes, dois são iraquianos, dois são sírios e um dos participantes é português. Quatro dos cinco participantes são licenciados, enquanto que o outro participante tem um mestrado. Dos quatro participantes que são procedentes da Síria ou do Iraque, três deles têm estatuto de refugiado. Relativamente ao papel que desempenham nos restaurantes, um dos participantes é o proprietário do Tayybeh, dois dos participantes são cofundadores do Mezze e os outros dois participantes são empregados do Mezze.

Participante	Sexo	Idade	Procedência	Cargo no restaurante	Situação jurídica	Habilitações literárias
1	Masculino	25	Iraque	Empregado	Refugiado	Licenciatura
2	Feminino	27	Síria	Cofundadora	-	Mestrado
3	Feminino	45	Portuguesa	Cofundadora	-	Licenciatura
4	Feminino	30	Iraque	Empregada	Refugiada	Licenciatura
5	Masculino	37	Síria	Proprietário	Refugiado	Licenciatura

3. Experiência migratória

Embora em alguns pontos até seja semelhante, a experiência migratória dos Participantes entrevistados apresenta heterogeneidade.

A maior semelhança está na motivação de saída do seu país de origem: os participantes apontaram o medo e a insegurança como principal motivo, ainda que uma das participantes tenha apontado a falta de reconhecimento no seu trabalho como outro motivo. A diferença mais notória entre géneros naquilo que é a experiência migratória trata-se da viagem que fizeram até Portugal. Os dois Participantes do sexo masculino passaram por outros países para conseguir chegar a Portugal, um deles esteve em dois campos de refugiados e o outro a trabalhar no Qatar para ter condições financeiras para viajar para Portugal. Embora uma das participantes também tenha estado noutros países, fê-lo como estudante internacional.

O único participante a estar num campo de refugiados foi o Participante 1. Este, antes de chegar a Portugal, esteve nos campos de refugiados na Grécia e na Turquia passando por uma viagem muito longa e complicada. A viagem durou três anos já que saiu do Iraque em 2014 e chegou a Portugal em março de 2017. A guerra e o clima de insegurança constante que vivia no Iraque foram a motivação para migrar e chegou ao país com o estatuto de refugiado. O Participante 1 fez toda a viagem sozinho.

A Participante 2 chegou a Portugal como estudante internacional em 2014 e viajou sozinha. Saiu do seu país, a Síria, em 2013 e passou 3 meses no Egito e quase 1 ano em Istambul. Em Portugal, começou por viver numa cidade do Alentejo durante 1 ano e depois foi viver e estudar para Lisboa. O facto da sua universidade e da sua cidade terem sido bombardeadas foi o que a levou a sair do seu país.

A Participante 4 veio para Portugal com o seu marido que é de nacionalidade portuguesa e obteve o estatuto de refugiada. Veio para Portugal porque, sendo Engenheira Eletrotécnica, não sentia o seu trabalho reconhecido por ser mulher e para fugir à guerra.

O Participante 5 esteve no Qatar a trabalhar antes de conseguir juntar a sua família e virem para Portugal com estatuto de refugiado. Contou-me que saiu da Síria em 2010 assim que a Revolução começou, esteve 6 anos no Qatar, e chegou em 2016 a Lisboa. O medo constante e a guerra levaram-no a sair da Síria.

Podemos então concluir que as motivações para fugir do seu país são semelhantes para todos os participantes: a falta de segurança e o medo constante.

4. A chegada a Portugal

Os participantes relatam que a sua chegada a Portugal teve alguns desafios comuns, como o conhecimento da língua ou a procura de casa. Todos os Participantes mostram conhecer Portugal embora não seja pessoalmente; mas o Participante 5 conta-me que a empresa onde trabalhava na Síria tinha alguns colegas portugueses e que estes lhe falavam no país.

Quando questionei os Participantes sobre as expectativas que tinham ao chegar a Portugal a resposta era sempre segurança porque era isso que lhes faltava nos seus países de origem. A Participante 2 aborda a questão da conclusão dos estudos e a Participante 4 fala na tentativa de ser reconhecida como mulher engenheira fora do seu país. A Participante 4 vai até mais longe nas suas palavras relativamente à falta de segurança que vivia no seu país de origem, o Iraque, falando, não só na guerra que vivem, mas também na falta de segurança por parte das forças policiais já que, nas suas palavras, “os criminosos estão no Governo”.

No que diz respeito à chegada a Portugal foram alguns os pontos que os Participantes abordaram. O idioma e a dificuldade em comunicarem-se foi o ponto mais abordado como problemático na integração. A Participante 2 abordou essa dificuldade em contexto académico falando da dificuldade que sentiu, na universidade que estudou, no Alentejo, por não ter as aulas em inglês. Conta-me que este ponto levou-a a uma quase depressão porque sentia que estava a “perder tempo” ao ter aulas em português. Tentou frequentar as aulas de português, mas, as que existiam, eram nos níveis acima ao seu. Já em Lisboa sentiu-se muito mais integrada em termos linguísticos porque as aulas eram lecionadas em inglês e começou a ter também aulas de português num nível adequado. Já a Participante 4 contou-me que, embora não falasse português e não se conseguisse comunicar com as pessoas quando estava sozinha, o facto do seu marido ser português ajudou-a bastante.

O idioma como problema ou entrave à integração foi abordado apenas pelas duas participantes do sexo feminino, embora em contextos diferentes já que uma das participantes fala do idioma em contexto académico e a outra participante fala do idioma em contexto familiar e relacional.

Outro ponto importante é a habitação. Este ponto foi focado por três dos cinco participantes e para dois dos três participantes a habitação não foi um problema por razões diferentes já que uma das participantes ficou a residir na residência da Universidade e a outra participante, como era casada com um português, tinha a casa do seu marido.

A Participante 2, quando chegou a Portugal, ficou numa residência universitária. Esta partilha de casa foi algo que a Participante não gostou porque disse-me que tal nunca tinha acontecido nem na Síria nem nos dois países onde passou, o Egito e a Turquia, onde tinha a sua própria casa e o seu espaço pessoal. Já em Lisboa viveu em casa de uma família de acolhimento. Contou-me que o casal lhe mostrava a cidade, contava de Portugal e tinham um grande conhecimento da cultura árabe e especificamente síria. O ponto-chave é o espaço pessoal. A Participante 2 refere que não estava habituada a dividir casa já que nunca o tinha feito nos países onde viveu antes de Portugal.

A Participante 4 não considerou a habitação um problema devido ao facto do seu agora marido ser português e ter casa em Portugal, mas falou-me da diferença que existia entre a sua habitação

no Iraque e agora em Portugal. No seu país, todas as famílias têm o seu espaço, a sua terra e a sua casa de família.

Por outro lado, o Participante 5 disse-me ter ficado durante um ano e meio sem documentos de habitação e contou-me que, nos primeiros tempos, estava “louco por encontrar uma casa”.

No ponto da habitação, dois dos participantes que abordaram a questão são do sexo feminino e, segundo as mesmas, não tiveram problemas ao encontrar uma casa porque uma das participantes vivia numa residência académica e a outra participante vivia na casa do seu marido já que este é português. O participante do sexo masculino que abordou o tema da habitação revelou ter tido muita dificuldade em encontrar uma casa.

As relações sociais foram outro ponto destacado. Todos os participantes afirmaram que, no início, tiveram algumas dificuldades em comunicar-se e em fazer amigos por causa do idioma. A Participante 2 contou-me que todas as amizades que fez, ao chegar a Portugal, foram fora da universidade e todos eram estudantes de Erasmus devido ao facto da maioria dos estudantes portugueses irem para as suas terras nos fins-de-semana. Já a Participante 4 não viu nas relações sociais uma problemática devido ao facto de ter família portuguesa, e contou-me que durante os primeiros dias em Lisboa tentou conhecer as suas vizinhas auxiliada pelo seu marido. Por outro lado, o Participante 5 contou-me que, embora não comunique em português, tem bastantes amigos em Portugal e alguns deles são as pessoas que trabalhavam com ele na Síria.

No contexto das relações sociais, os participantes abordaram o idioma como possível entrave. Uma das participantes conta-me que os amigos que tinha na universidade eram todos estudantes de mestrado por comunicarem em inglês e os outros dois participantes (um do sexo masculino e outro do sexo feminino) contam-me que não tiveram problemas no que diz respeito às relações sociais.

Os Participantes 3 e 5 eram os únicos com filhos e por isso colocava-se a questão da escola. O filho da Participante 3, por ainda ser muito novo, está no infantário, mas não se colocou qualquer questão devido ao facto deste ter nascido em Portugal e por isso falar o português e estar mais integrado. Já o Participante 5 tem dois filhos em idade escolar, mas contou-me que estes não tiveram qualquer dificuldade de integração nem com o idioma nem devido ao facto de virem de outro contexto cultural.

5. Refúgio em Portugal

A habitação é um ponto da vida atual que os quatro participantes refugiados abordam, embora com pontos de vista algo distintos. O Participante 1 aborda este tema relativamente à situação pandémica porque teve bastantes dificuldades. Como ficou em lay-off, diz-me ter tido muitas dificuldades para pagar todas as contas que tinha para pagar e, assim, decidiu que tinha de começar a partilhar a casa com dois amigos.

Os outros participantes abordam as questões da habitação fazendo uma relação entre as condições que tinham no seu país de origem (ou onde já viveram) e aquilo que encontraram em Portugal. A entrevistada 2 contou-me que, em Portugal, já teve três habitações. A primeira delas foi uma residência de estudantes e foi uma experiência que não gostou devido ao facto de ter de partilhar um espaço por ser algo que nunca o tinha feito. A segunda habitação foi a casa da família de acolhimento onde diz ter sido muito bem acolhida. A terceira é a sua casa própria desde que se mudou para o norte do país devido a questões laborais. A procura de casa no norte, conta-me ter sido um momento muito complicado. Ainda que não tenha sofrido qualquer tipo de discriminação, sentia que, tal como no trabalho, por ser síria podia ter mais dificuldades. Outro facto que dificultou a procura de habitação foi o baixo ordenado que tinha no norte. Já a Participante 4 conta-me que as condições de habitabilidade em Portugal são bastante diferentes das que vivenciava no Iraque já que, no seu país de origem, toda a gente tinha o seu lote de terreno e a sua casa de família e que em Portugal as casas são bastante mais caras comparativamente devido à diferença do valor da moeda. O Participante 5 não aborda as questões da habitação, diz-me apenas que teve muita dificuldade para ter todos os documentos para ter uma casa.

Relativamente às relações sociais, um tema abordado por todos os Participantes de forma bastante comum, estes contam-me que, como já estão no país há algum tempo, já têm muitos amigos e comunicam-se com eles facilmente. A diferença no idioma, embora tenha sido um problema na chegada dos participantes a Portugal no que diz respeito às relações sociais, não o entendem mais como problema. Outro ponto apontado apenas por uma participante é a discriminação que sente ao conhecer as pessoas pelo facto de ser iraquiana.

O Participante 1 conta-me que, embora ainda não fale português fluentemente, tem muitos amigos e sente que Portugal é um país de pessoas muito simpáticas. Já a Participante 2 foi mais longe e disse-me que encontra diferenças entre as pessoas das três cidades portuguesas por onde passou: uma cidade do interior, a capital e uma cidade a norte. Diz-me que, no interior, havia um total desconhecimento da cultura do Médio Oriente e principalmente da cultura síria. Conta-me que as pessoas no norte são muito mais sociáveis e estão muito mais dispostas a serem amigos do que na capital, já que na capital os seus únicos amigos eram os amigos da sua família de acolhimento. A Participante 4 conta-me que, embora faça amigos com muita facilidade e que ache que os portugueses são muito acolhedores e simpáticos, sente que algumas pessoas, ao saber que ela é iraquiana, olham para ele e só vêm guerra e maldade. Como o seu marido é português, tem já muitos amigos. O Participante 5, embora ainda não fale português, conta-me ter bastantes amigos que foi conhecendo graças ao restaurante e graças aos amigos que tinha já na Síria.

As diferenças culturais são um ponto focado apenas pela Participante 4 que fala no facto de não se importar com alguns valores ou pontos que são condenáveis para a cultura árabe sendo

ela muçulmana e tenha valores de encontro a sua religião e cultura. A homossexualidade ou o consumo de bebidas alcoólicas são dois desses pontos condenáveis na cultura árabe, nas palavras da Participante, mas que são vistos como “normais” por ela.

6. Práticas alimentares

No que diz respeito a práticas alimentares, as experiências podem ser divididas em dois pontos de vista totalmente opostos. Enquanto que um dos participantes me conta que as práticas alimentares que tem em Lisboa são bastante semelhantes às que tinham no seu país de origem, a Síria; os outros participantes dizem existir grandes diferenças.

O Participante 1 conta-me que a forma de comer no seu país é diferente porque o pão é, muitas vezes, utilizado como colher; os ingredientes são muito diferentes, mas diz-me que gosta muito da comida portuguesa como o bacalhau.

Já a Participante 2 contou-me que se tornou vegetariana quando estava a viver no Alentejo embora já na Síria comesse carne em muito pouca quantidade. Disse-me ainda encontrar muitas diferenças na comida e nos alimentos já que na Síria a comida é bastante centrada nos vegetais e nas lentilhas. No seu país, diz-me existir um maior hábito de comer na rua enquanto que, em Portugal, os horários das refeições são mais fixos. Os utensílios de cozinha são outro ponto que destacada quando me diz que é muito difícil encontrar os materiais de cozinha sírios em Portugal por não existirem muitas lojas.

A Participante 4 vai ao encontro dos outros dois Participantes ao dizer que as suas práticas alimentares são bastante diferentes. Destaca o uso das especiarias dizendo que as colocam em tudo; enquanto que as especiarias em Portugal sabem todas a pimenta preta, nas suas palavras. Contou-me que não come porco e, a este respeito, diz-me que, muitas vezes, vai a locais onde não existem opções sem carne de porco. Abordou um episódio num hospital onde apenas tinha sanduíches de carne de porco e de bacon e nenhuma outra opção seja vegan ou vegetariana. Contou-me como são as práticas alimentares no seu país, o Iraque, dizendo que a comida é uma forma de mostrar carinho, amor e significa que estão muito felizes por estar com as pessoas a quem a servem. Falou-me da mesa “árabe” como sendo muito generosa onde o comer é colocado em tabuleiros de forma a ser partilhado.

Já o Participante 5 diz-me que as práticas alimentares no seu país eram muito semelhantes às praticadas em Portugal. Falou-me do gosto que os dois países têm por partilhar a comida, o facto de se comer uma sobremesa após as refeições e de beberem “bastante café”. Contou-me que a única diferença que vê é a utilização do pão que é muito utilizado na cozinha síria e não tanto na cozinha portuguesa.

A comida é mais do que uma fonte de energia e de nutrientes. Aquilo que o indivíduo come, a forma como come e quando come reflete a complexidade de disposições culturais sobre os

alimentos e as práticas alimentares (Koc e Welsh, 2002). Os alimentos, as técnicas de preparação e os hábitos alimentares fazem parte de um sistema de diferenças entre os significados e de nos comunicarmos por meio da comida (Barthes, 1975 in Koc e Welsh, 2002). A comida é uma peça fundamental da nossa cultura e central no sentido de identidade (Koc e Welsh, 2002). Os hábitos alimentares são uma ferramenta ideal para compreender o processo de adaptação relacionado à imigração e refúgio, já que a alimentação é uma necessidade essencial, que determina a experiência humana. O preparo e o consumo de alimentos são comportamentos físicos e simbólicos que costumam ser usados para comunicar a personalidade ou as conexões individuais com grupos maiores (Wilk, 1999; Weller e Turkon, 2014).

Numa situação de refúgio, quando o indivíduo se encontra fora do seu grupo social de origem ou do país, a reprodução da comida do seu lugar de origem forma uma espaço central na cultura (Fabrón et all, 2007).

Ainda assim, a reprodução desses alimentos do lugar de origem não é fácil porque, em contexto de migração, existem muitos alimentos e formas de cozinhar que não estão disponíveis e não são passíveis de reprodução. A Participante 2 contou-me que os hábitos alimentares são muito diferentes e, por isso, diz ser muito difícil encontrar material de cozinha da Síria em Portugal, já que, embora existam algumas lojas, não são muitas porque não existe uma grande comunidade síria - “A gastronomia é super diferente. Encontrar material de cozinha de Síria aqui em Portugal é muito difícil. Tem algumas lojas, mas não são muitas. É normal porque não há grande comunidade, não é?”. Como os hábitos alimentares são muito diferentes, torna-se difícil encontrar alimentos árabes em Portugal. Para o Participante 5, os hábitos alimentares não são assim tão diferentes, mas esta dificuldade mantém-se e por isso todas as semanas alteram a ementa de forma a facilitar a procura dos ingredientes para confeccionar os pratos sírios, no caso do Tayybeh.

Os participantes afirmam que conseguem encontrar a maioria dos ingredientes, mas que, muitas vezes, não têm o mesmo sabor. Ingredientes específicos e especialmente especiarias são componentes chave da comida árabe e, principalmente, síria (Scagliusi, 2018: pp.240). O café sírio é sempre bebido com cardamomo e, tal como nos diz a participante 4, a comida muda só pelas especiarias - “Os pratos mudam só pelas especiarias, só pondo umas especiarias o sabor já é muito diferente.”. O cardamomo, segundo Heine (2004), é usado no Médio Oriente ainda antes do Islão, e muitas pessoas atribuem ao cardamomo propriedades digestivas e um poder afrodisíaco. Em nenhum momento das entrevistas observamos esse simbolismo, mas os participantes reforçaram muitas vezes a importância das especiarias para produzir os verdadeiros cheiro, cor e sabor sírio dos alimentos.

A cozinha árabe é, tal como nos diz a Participante 4, conhecida pela variedade e pela utilização de muitas especiarias - “Sabes que o Médio Oriente é conhecido pelo incenso e pelas

especiarias. Então nós usamos especiarias em tudo...” -; já a cozinha portuguesa utiliza menos especiarias e para a participante 4 todas as especiarias sabem ao mesmo.

A experiência de vida e todo o conhecimento incorporado das técnicas para a preparação de alimentos são importantes para os participantes. Este conhecimento de técnicas e movimentos foi observado quando, durante a entrevista ao Participante 1, este fazia o pão. Para além da rapidez e facilidade de movimentos, é importante referir que todas as formas de preparação dos alimentos são bastante artesanais. O pão era moldado em pequenas bolas, mas sempre mantido em contacto com as mãos do padeiro. A forma como a beringela é preparada é outro exemplo da diferença de técnicas existente, já que a beringela é fumada. A Participante 4 afirma que, muitas vezes, as pessoas não entendem que é apenas beringela mesmo por isso “Muitas vezes não conseguem acreditar que é só grão de bico ou que é só beringela. É só beringela, mas fumada, por exemplo.” (Participante 4).

7. O trabalho na restauração

Importa começar por perceber o processo que leva os Participantes a trabalhar na restauração ligada ao seu país de origem. O Participante 1 já tinha trabalhado durante três meses num restaurante no seu país e, por isso, já tinha alguma experiência na área da restauração. Quando chegou a Portugal vindo de um campo de refugiados já sabia da existência do Mezze porque o projeto é conhecido em alguns campos de refugiados devido à projeção internacional do mesmo e aos protocolos que têm com algumas instituições de acolhimentos de refugiados. Começou a trabalhar no Mezze quando este abriu, em setembro de 2017 onde é padeiro e empregado de mesa. Embora goste muito de trabalhar no Mezze diz-me que não é aquilo que pretende continuar a fazer já que quer terminar os seus estudos na área da Medicina, mas vê muitas dificuldades devido ao facto de não falar fluentemente português.

Já a Participante 4 teve conhecimento do Mezze em Portugal devido à exposição mediática que o restaurante tem e por acompanhar as redes sociais do restaurante. Contou-me que se sentiu muito identificada com as histórias dos refugiados partilhadas no Facebook do restaurante e que mesmo antes de trabalhar no restaurante já se sentia parte da “família”. Começou a trabalhar no restaurante em novembro de 2019 onde começou por ser empregada de mesa e agora é empregada de balcão e confeciona as bebidas. É a sua primeira experiência a trabalhar na área da restauração já que os seus pais consideravam que trabalhar num restaurante era algo inaceitável e um motivo de vergonha. Isto deve-se ao facto de, no Iraque, ser inaceitável uma mulher de uma família respeitável e tradicional servir comida a estrangeiros especialmente a homens e servir bebidas alcoólicas. A Participante contou-me que pertence a uma tribo bastante importante no Iraque e que a sua família é relevante na tribo; e seria uma desonra para a família que ela trabalhasse num restaurante. Contou-me que, quando ainda estava no seu país, recebeu uma proposta da companhia área iraquiana mais importante onde iria receber um salário elevado,

nas palavras da Participante, e teve de recusar porque os seus irmãos e o seu pai não aceitariam que ela trabalhasse como hospedeira de bordo. Quando contou aos pais que ia trabalhar num restaurante em Portugal eles consideraram uma vergonha, mas que ela se sente muito bem a fazê-lo. Embora seja algo que goste muito de fazer diz que é apenas uma estação no seu caminho já que o seu sonho é trabalhar como Engenheira Eletrotécnica, a sua área de estudo.

O Participante 5 é proprietário do restaurante Tayybeh e trabalha como empregado de balcão no restaurante. Abriu o restaurante no início de 2019 após a ideia da sua esposa, mas diz-me que nunca tinha imaginado, um dia, trabalhar num restaurante. Na Síria sempre trabalhou como Engenheiro. Como proprietário do restaurante contou-me que pretende continuar a trabalhar no seu restaurante também por ser a sua única fonte de rendimentos.

Todos os Participantes afirmam ser um orgulho e uma forma de se aproximarem das suas origens e da sua família trabalharem em restaurantes que servem comida dos seus países. O Participante 1 contou-me que trabalhar com comida do seu país é algo de que gosta muito e sente que os portugueses são muito recetivos e também gostam muito embora seja uma experiência diferente. A Participante 4 diz-me que trabalhar com comida do Médio Oriente é como se representasse o seu país e sua cultura com os portugueses. Contou-me que se sente muito feliz ao perceber que os clientes quando saem do restaurante o fazem muito satisfeitos com a comida que serviu mesmo tendo sabores tão distintos dos portugueses.

O Participante 5 contou-me que trabalhar com comida do seu país não é apenas o ato de servir comida. É toda a forma como a comida é preparada, como é apresentada, a história por trás tanto da comida como do restaurante. Diz-me que no seu restaurante serve “cultura” e não comida apenas já que os clientes se sentem no território sírio assim que chegam à mesa; diz-me que é mais do que comida, mas sim “uma experiência completa de cultura, antropologia, comida e amor”. Não se imagina a trabalhar com comida sem ser síria porque, para si, a comida síria é o seu país e a forma de se sentir mais próximo de casa.

O trabalho na restauração do seu país pode ser analisado tendo em conta dois pontos: a ligação sentimental à comida e a integração no mercado de trabalho.

Atuando como uma "ponte" entre os imigrantes/refugiados e seus países de origem, os alimentos também podem atuar como um "depósito" para os imigrantes resistirem à incorporação e divulgarem sua identidade cultural para seus filhos (Cook, 2008; Ferrero, 2002 em Weller e Turkon, 2014). O ato de preparar, cozinhar e experimentar certos alimentos ajuda as pessoas a reviverem memórias do passado. Comer, compartilhar e preparar comidas especiais trazem nostalgia dos amigos, familiares e lugares (Weller e Turkon, 2014). Portanto, comer alimentos relacionados ao seu país de origem ajuda a manter o contato, não importa a distância.

A comida é um elemento central da cultura, bem como o centro da construção e partilha de identidade (Fischler, Koc e Welsh, 1988, 2002). O que comemos, o que não comemos, como e quando comemos refletem a complexidade cultural dos alimentos e hábitos alimentares, que têm impacto na identidade de todos (Koc e Welsh, 2002). Portanto, técnicas de preparo, alimentos e hábitos fazem parte do sistema de significado, e as pessoas também se comunicam por meio da comida. Embora a Participante 3 seja portuguesa, a experiência de trabalhar com comida do Médio Oriente é, para si, muito especial porque, nas suas palavras, a comida é uma forma de partilha e a maneira mais rápida e direta de comunicar com as outras pessoas. É a forma mais simples de dizer de onde vimos, de dizer que gostamos dessa pessoa e, por isso, estamos a partilhar algo que nos é muito querido e que forma parte da nossa identidade.

Trabalhar com comida do seu país de origem no país de acolhimento é “representar a nossa cultura” (participante 4). Mas além disso é uma forma de mostrar a sua identidade como árabe. A Participante 4 fala que, para si, é muito positivo trabalhar num restaurante árabe num país que não é o seu; conta que ficou menos envergonhada e que se sente muito feliz por puder tocar música árabe enquanto as pessoas dançam e comem as suas comidas. Fala em “verdadeiro prazer (...) oferecer às pessoas essa experiência”, algo que não seria possível no Iraque porque teria de recusar o emprego por ser considerado tradicionalmente inaceitável para uma mulher de uma família respeitável servir comida para estranhos, principalmente homens, e servir homem. Seria, nas suas palavras, “uma desonra para uma família lá” e em Portugal é algo normal.

Nas palavras do Participante 5, a comida é importante, mas a chave está na forma como a comida é preparada, a história por trás do restaurante, a apresentação e a criação de um espaço cultural. Servir comida síria no seu restaurante é uma aproximação clara ao seu país, é como servir o seu país num prato; existe uma ligação clara da comida que servem com a identidade síria e a forma como o fazem lembra-os do seu país e sentem-se orgulhosos disso. A comida árabe tem uma forte ligação à família. Nos países do Médio Oriente, as famílias tendem a ser extensas e a ter uma forte ligação que se une à mesa. A Participante 4 aborda esses momentos com saudades porque, para ela, a hora da refeição “é um momento de qualidade para os árabes onde podem partilhar o mesmo pão, o mesmo prato e falar dos momentos divertidos do dia ou das memórias que cada um guarda” e é um “momento caloroso que os árabes têm à mesa com a família enquanto o chá se prepara para ser bebido quente onde existem muitos sorrisos”. É a sensação de familiaridade que pretende trazer também para Portugal ao servir comida do seu país. O contexto de uma refeição árabe é conhecido por refeições muito generosas e, tal como a Participante 4 me faz saber, é a forma de demonstrar carinho, amor e dar as boas-vindas. Assim, a sensação dos refugiados quando servem comida nos restaurantes, conta-me a Participante 4, é a mesma: felicidade por estar com os clientes, por poder servir comida do seu país e sentir-se parte da família e da comunidade portuguesa. A importância da família é também na aprendizagem das várias técnicas de cozinha. A Participante 4 conta que aprendeu a cozinhar comida iraquiana

em sua casa no Iraque com os seus pais. Aprendeu ainda a cozinhar comida portuguesa com o seu marido pelo facto dele ser português, e aprendeu cozinha síria com as chefes sírias, a fazer pão árabe com o padeiro e a fazer cuscuz com uma chefe do Mezze que considera a sua terceira casa. A Participante 2, no que diz respeito à ligação entre a comida e a família, vai ao encontro do que a Participante 4 pensa. Para esta, a comida síria está muito relacionada com a família, existe um tipo específico de comida para cada ocasião, sejam casamentos ou funerais. Sempre que existe uma reunião familiar, existe comida. O pão é muito importante na cozinha síria e tem exatamente a ideia de partilhar, de partilhar com todos. Conta-me que, como tanto o seu pai como a sua mãe amam cozinhar, nunca aprendeu a cozinhar, mas agora estando fora de casa costuma ligar para a mãe para lhe perguntar como cozinhar determinados alimentos da forma como fazem “em casa”. Para o Participante 5, a forma como servem a comida no seu restaurante é como o faria na Síria com a sua família porque comida é uma partilha familiar. O seu espaço é, para si, mais do que um restaurante. É um espaço familiar.

Por outro lado, importa perceber aquilo que é o trabalho num restauração na perspetiva da integração do mercado de trabalho e da integração na sociedade de um modo mais ambíguo. A integração é um processo onde existe uma partilha de responsabilidades tanto dos recém-chegados como da sociedade que os acolhe, mas esta partilha não pressupõe que as duas partes sejam homogéneas já que é necessário perceber as diferenças intragrupo e as especificidades do processo de integração (Gomes, 2018). A integração começa no momento do primeiro contacto do refugiado e por isso as experiências de vida do refugiado são fundamentais neste processo (Gomes, 2018).

Este processo tem diversas dimensões, mas importa destacar a dimensão do trabalho. O trabalho facilita a integração na comunidade local ao estabelecer laços de proximidade com os outros indivíduos da sociedade, familiarizar-se com a cultura da sociedade de acolhimento e possibilita a perceção das diferenças culturais. O trabalho permite ao refugiado sentir-se útil (Souza, 2017). A integração sugere a capacidade dos indivíduos ou grupos sociais de contribuir para a sociedade onde estão inseridos em diversas dimensões: económica, social, cultural e política (Koc e Welsh, 2002).

Sendo a forma de sustento dos refugiados e tendo um estabelecimento aberto existe uma contribuição económica para o país de chegada, tal como me diz o Participante 5 já que a sua integração na sociedade portuguesa está relacionada com o restaurante também pelo facto deste ser a maior fonte de recursos dos seus donos e sem este “estariam na rua onde não existia integração possível”.

8. Restaurantes do Médio Oriente

No que diz respeito a pontos mais formais e organizacionais dos restaurantes, a pesquisa chamou-me a atenção para duas temáticas: a ementa e os clientes.

Relativamente à ementa e a sua concretização, todos os Participantes ligados ao Mezze contam o mesmo processo. A ementa foi elaborada com a participação de todos os colaboradores e dos membros da Associação e o principal objetivo, segundo a Participante 3, é as mulheres que trabalham na cozinha (trabalha apenas um homem na cozinha como padeiro) e que estão a ter a sua primeira oportunidade de emprego cozinharem aquilo que sempre cozinharam para as suas famílias. Como o restaurante faz três anos, a ementa já sofreu alterações. Encontram-se nesta diversos pratos do Médio Oriente como Baba ganoush ou o Falafel e bebidas típicas como o sumo de tamarindo, chá ou o café sírio. Já a ementa do restaurante Tayybeh tem um processo totalmente diferente já que todas as semanas é diferente. O Participante 5 contou-me que isto acontece por três fatores: mostrar a variedade da cozinha síria, deixar alguma criatividade para os colaboradores da cozinha e devido à dificuldade em encontrar ingredientes.

Por outro lado, a Participante 3 conta-me que os clientes no Mezze são muitos heterogéneos e, embora 80% dos clientes sejam portugueses, existem muitos brasileiros a visitá-los devido à ligação histórica e experiência migratória de muitos sírios e libaneses para o território brasileiro. Assim, nas suas palavras, esta migração tornou alguns pratos do Médio Oriente como pratos de “casa” de muitos brasileiros. No Tayybeh, o Participante 5 contou-me que 99% dos clientes são portugueses que vão ao restaurante para conhecer a história do mesmo.

Conclusões

Este estudo teve como objetivo analisar o significado atribuído à comida e ao trabalho na restauração em termos identitários e de integração por parte de pessoas refugiadas.

A comida e o facto de trabalhar num restaurante do Médio Oriente é uma forma do refugiado/migrante manter a ligação com o seu país, família e consigo próprio. De acordo com as pessoas refugiadas que participaram na pesquisa, a comida é uma referência cultural, uma ponte de ligação e uma forma de preservar e de ser reconhecidos enquanto árabes. Confirmando a leitura de Koc e Welsh (2014), a comida do Médio Oriente significa “casa”, ou seja, os refugiados sentem-se em casa ao cozinhar esta comida. A experiência de vida e os conhecimentos que incorporou no seu país de origem com a sua família são importantes para os participantes naquilo que são as técnicas de preparação de alimentos. Estas técnicas de preparação, os alimentos e os hábitos alimentares são também formas de cultura e de comunicação entre refugiados e nativos.

Assim, a comida do Médio Oriente é, para os refugiados, uma forma de mostrar a sua cultura. Foi possível perceber, após as entrevistas, que a comida é uma peça fundamental naquilo que é a cultura e a identidade. Sendo um elemento identitário, o ato dos refugiados servirem comida do seu país é uma forma de partilhar essa identidade e esse elemento cultural com as pessoas do país de destino. A comida é uma forma de partilha, de dizermos de onde vimos, quem somos. A comida árabe tem uma forte ligação com a família já que, nos países do Médio Oriente, existe o hábito das famílias se unirem em torno das mesas repletas de comida. O facto de servir a comida que servirão com as suas famílias traz um sentimento de nostalgia, de saudade e é uma forma de transmitir essa familiaridade aos clientes dos restaurantes.

A comida e o trabalho no restaurante são também uma forma de integração na sociedade através da integração no mercado de trabalho. A integração está relacionada com a capacidade de um refugiado se conseguir envolver em várias dimensões da vida como a dimensão económica alcançada através da inserção no mercado de trabalho: independência e sobrevivência dependem do trabalho na restauração. A comida é também um meio de integração na sociedade ao estabelecer laços de proximidade com os outros indivíduos da sociedade de acolhimento e com a própria cultura que é distinta da sua.

Naquilo que são os projetos de vida, encontrei algumas diferentes que importam destacar. Em alguns casos, o trabalho no restaurante é visto como uma experiência temporária, como uma ponte para conseguirem alcançar alguns objetivos na sua vida laboral e uma espera por novas oportunidades de trabalho na sua área académica. Por outro lado, outros participantes veem o trabalho no seu restaurante como um ponto de chegada e realização.

Importa referir as dificuldades passadas pela área da restauração em tempo de pandemia. Nos dois restaurantes existiu uma redução no número de colaboradores, existiram diversas alterações como o uso da máscara, mas todos auguram um futuro muito positivo.

Bibliografia

- ACNUR (2020), "Desplazamiento Forzado en 2019", Tendencias Globales, pp.2-83.
- Adorno, T.W. (1968), "Sociology and psychology", New Left Review, v.47, pp.79-97.
- Adorno, T.W. et al (1965), "La personalidad autoritaria", Buenos Aires, Proyección.
- Ana Vieira et al (2017), "The inclusion of the other in ourselves: reception and comprehension of refugees in Portugal", Intercultural Education, 28:2, pp.196-205.
- Araujo, Marivânia (2008), "A teoria das representações sociais e a pesquisa antropológica", Revista Hospitalidade, Ano V, nº2, pp.98-119.
- Baderon, Gabeba (2002), "Everybody's mother was a good cooking: meanings of food in Muslim cooking", Agenda 51, pp.4-15.
- Bangstad, S. (2004), "Food for thought: meanings of food in a Cape Muslim community".
- Bardenstein, Carol (2002), "Transmissions Interrupted: Reconfiguring Food, Memory and Gender in the Cookbook – Memoirs of Middle Eastern Exiles", Signs, vol.28, nº1, Gender and Cultural Memory, pp.353-387.
- Bardin, Laurence (1979), *Análise de conteúdo*, Lisboa, Portugal.
- Barreto, F. (2005), "Sobre as representações sociais e o tempo histórico", Revista Lâmina, v.117, nº1, s/p.
- Caldeira, Maria José (2011), "Migrações laborais e processos de integração no mercado de trabalho. O caso dos imigrantes da Europa de Leste no Grande Porto e dos portugueses em Genebra", Tese de Doutoramento em Geografia, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, pp.63-364.
- Carbajal, María e Miguel Magaña (2017), "Migración y influencia urbana en el consumo de alimentos en dos comunidades mayas de Yucatán", Estudios Sociales, Revista de Alimentación Contemporánea y Desarrollo regional, nº50, vol. 27, pp.1-27.
- Carmo, Hermano e Manuel Ferreira (1998), *Metodologia da Investigação*, Lisboa, Universidade Aberta.
- Carruthers, Ashley (2012), "Indochine Chic, why is Vietnamese food so classy in Singapore?", Anthropology Today, vol.28, nº2, pp.17-20.

Challinor, Elizabeth (2018), "Refugee Hospitality Encounters in Northern Portugal, "Cultural Orientations" and "Contextual Protection"", Migration and Society: Advances in Research 1, Berghahn Books, pp.96-110.

Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados (1951), disponível em http://www.acnur.org/t3/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_relativa_ao_Estatuto_dos_Refugiados.pdf

Crochik, José (1994), "O conceito de Representação Social: a questão do indivíduo e a negação do outro", Psicologia USP, São Paulo, 5(1/2), pp.173-195.

Durkheim, Émile (1970), *Sociologia e Filosofia*, Rio de Janeiro, Forense Universitária.

Durkheim, Émile (1998), *As regras do método sociológico*, Lisboa, Universidade Hoje, Editorial Presença.

Enríquez, Carmen (2015), "La crisis de los refugiados y la respuesta europea", Real Instituto Elcano, pp.1-13.

Fabrón, G, et all (2017), "Cuando los alimentos vienen marchando: alimentación y migración del NOA al sur del AMBA", apresentado em XII Reunión de Antropología del Mercosur, Argentina.

Farr, R. (1994), "Representações Sociais: a teoria e a sua história", in Guarechi, Pedrinho et all, *Textos em Representações Sociais*, Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes.

Ferreira, Nuno (2015), "Portuguese Refugee Law in the European Context: the case of Sexuality – Based Claims", International Journal of Refugee Law, vol.27(3), pp.411-432.

Gomes, Susana (2018), "(Re)Construindo vidas: integração de refugiados em Portugal", Relatório de Estágio no Mestrado em Educação, Instituto de Educação, Universidade do Minho, pp.23-33.

Gray, Virginia et all (2005), "Dietary acculturation of Hispanic Immigrants in Mississippi", Salud Publica de México, 47, pp.351-360.

Hurwitz, A. (2009), *The collective responsibility of States to protect refugees*, Oxford: Monographs in International Law.

Jesus, Ana (2015), "Intervenção social com crianças refugiadas: estratégias profissionais do Serviço Social com crianças refugiadas em Portugal", Dissertação de Mestrado em Serviço Social, Instituto Superior Miguel Torga, Escola Superior de Altos Estudos.

Johnson, Michelle (2016), ""Nothing is sweet in my mouth": Food, identity, and religion in African Lisbon", Food and foodways, vol.24, NOS, 3-4, pp.234-256.

Jovchelovitch, Sandra (1994), “Vivendo a vida dos outros: intersubjetividade, espaço público e representações sociais” in Guarechi, Pedrinho et all, *Textos em Representações Sociais*, Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes.

Koc, Mustafa e Jennifer Welsh (2002), “Alimentos, prácticas alimentarias y experiencia de la inmigración”, trabalho apresentado na Conferencia de la Asociación Canadiense de Estudios Étnicos, Halifax, pp.1-13.

Lopes, Carina (2019), “Contributos da Língua e da Cultura Portuguesas para a Integração de Imigrantes e Ex-Imigrantes em Portugal”, Dissertação de Mestrado em Português como Língua Segunda e Estrangeira, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, pp.5-17.

Marques, José et all (2019), “Migration and Integration Processes in Portugal: the role of intercultural mediation”, *Journal of Siberian Federal University, Humanities & Social Sciences* 2, pp.187-205.

Matos, Tito (2011), “Inserção dos Refugiados Reinstalados no Mercado de Trabalho – Uma etapa num processo de integração? – Contributos para uma análise das dinâmicas de integração dos reinstalados em Portugal e na União Europeia”, Dissertação de Mestrado em População, Sociedade e Território, Instituto de Geografia e Ordenamento do Território, Universidade de Lisboa, pp.31-57.

Minayo, Maria (1994), “O conceito de representações sociais dentro da sociologia clássica”, in Guarechi, Pedrinho et all, *Textos em Representações Sociais*, Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes.

Moscovici, S. (1978), “A representação social da psicanálise”, Rio de Janeiro, Zahar.

Oliveira, Catarina (2019), “Empregadores e empreendedores imigrantes: tipologia de estratégias empresarias”, *Observatório das Migrações, Estudos* 65, pp.18-241.

Oliveira, Isabel (2019), “Inclusão Social de Mulheres Refugiadas através da sua integração no mercado de trabalho – estudo do caso Mezze”, Dissertação de mestrado em Ciências Empresarias, ISEG, pp.3-21.

Padilla, Beatriz e Alejandro Goldberg (2017), “Dimensiones reales y simbólicas de la “crisis de refugiados” en Europa: un análisis crítico desde Portugal”, REMHU, *Revista Interdisciplinar Mobilidade Humana*, v.25, nº51, Brasília, pp.11-27.

Pereira, Cristina et all (2019), “Origem: Aleppo; Destino: Castelo Branco – O roteiro de um processo de integração de refugiados em Portugal”, *E-Revista de Estudos Interculturais do CEI-ISCAP*, nº7, pp.1-33.

Poulain, Jean-Pierre e Rossana Proença (2003), "Reflexões metodológicas para o estudo das práticas alimentares", *Revista Nutrição*, Campinas, 16(4), pp.365-386.

Reis, R. (2004), "Direitos Humanos e Migrações Internacionais", *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol.19, pp.149-163.

Ribeiro, Mário (2017), "Políticas de acolhimento de refugiados recolocados em Portugal", *Dissertação de Mestrado em Sociologia*, ISCTE, Departamento de Sociologia.

Rocha-Trindade, Maria et all (1995), *Sociologia das Migrações*, Universidade Aberta, Lisboa.

Rodrigues, Alexandra (2017), "Integração de pessoas refugiadas em Portugal, no âmbito do Programa de Recolocação Europeu", *Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional*, ISEG.

Rotas, Alex (2004), "Is 'Refugee Art' Possible?", *Third Text*, vol.18, Issue 1, pp.51-60.

Sá, Celso (1996), "Representações Sociais: Teoria e pesquisa do núcleo central", *Instituto de Psicologia, Temas em Psicologia*, nº3, pp.19-33.

Sacramento, Octávio e Pedro Silva (2018), "Entre direitos consagrados e constrangimentos operacionais: dissonâncias estruturais no sistema português de acolhimento de refugiados", *Desenvolvimento e Sociedade*, nº4, pp.7-20.

Saéz, Paula e João Marques (2015), ""Vivir tres vidas diferentes" Trayectorias y identidades de exilados chilenos en Portugal", *Atenea 512*, II Sem. pp.113-136.

Santinho, Cristina (2009), "Reconstruindo memórias: jovens refugiados em Portugal", *Saúde Soc*, São Paulo, v.18, nº4, pp.582-589.

Santinho, Cristina (2013), "Afinal, que asilo é este que não nos protege?", *Etnográfica* (online), vol.17(1), pp.5-29.

Scagliusi, Fernanda et all (2018), "Representations of Syrian food by Syrian refugees in the city of São Paulo, Brazil: an ethnographic study", *University of São Paulo, School of Public Health and Federal University of São Paulo, Institute of Health and Society*, pp. 236-244.

Schmid, Anne-Sophie e Thomas Liebig (2016), *Making Integration Work, Refugees and Others in Need of Protection*, Paris, OCDE.

Sontag, Katrin (2019), "Refugee Students' Access to three European Universities: an ethnographic study", *Social Inclusion*, vol.7, issue 1, pp.71-79.

Sousa, L. (1999), "Percurso de inserção de refugiados em Portugal: sós ou acompanhados? Um estudo sobre as dificuldades de inserção de refugiados em Portugal", Dissertação de Mestrado em Relações Interculturais, Universidade Aberta, Lisboa.

Sousa, Lúcio e Paulo Costa (2018), "The Development of the Asylum Law and Refugee Protection Regimes in Portugal, 1975-2017", in *O contencioso do direito de asilo e proteção subsidiária*, ed. Sofia David, Lisboa: Centro de Estudos Judiciários, 2016.

Souza, Glasielle (2017), "O acolhimento de refugiados / recolocados em Portugal: modos de organização e práticas das instituições.", Dissertação de mestrado em Ciências da Educação, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, Universidade do Porto, pp.45-56.

Torkington, Kate e Filipa Ribeiro (2018), "'What are these people: migrants, immigrants, refugees?': Migration-related terminology and representations in Portuguese digital press headlines", *Discourse, Context & Media*, V.27.

Weller, Daniel e David Turkon (2014), "Contextualizing the Immigrant Experience: the role of food and foodways in identity maintenance and formation for first – and second – generation Latinos in Ithaca, New York", *Ecology of food and nutrition*, pp.1-17.

Zurayk, Rami (2013), "Civil War and the Devastation of Syria's food system", *Journal of Agriculture Food Systems and Community Development*, pp.1-3.

Anexos

Anexo A - Guião de entrevista ao refugiado

- Breve caracterização dos participantes
 - Nome
 - Género
 - Idade
 - Local de origem
 - Religião
 - Habilitações literárias
- Processo de refúgio e chegada a Portugal
 - Quando tomou a decisão de deixar o seu país?
 - Quando chegou a Lisboa?
 - Como foi a chegada a Lisboa?
- Cronologia do dia-a-dia das experiências em Lisboa
 - Já conhecia Portugal/Lisboa?
 - Qual eram as expectativas ao chegar a Portugal?
 - Conhecia alguém em Portugal?
 - Conte-nos as suas experiências diárias em Lisboa durante os primeiros tempos da sua vinda.
- Atual situação de vida e saúde; práticas alimentares em Lisboa
 - Como é a sua situação de vida atual relativamente às questões da casa, relações sociais e de trabalho ou da vida em geral, cá em Lisboa?
 - As suas práticas alimentares em Portugal são diferentes das que tinha anteriormente?
- História e experiência de trabalhar com comida síria em Lisboa
 - Quando começou a trabalhar no restaurante?
 - Qual é o seu papel no restaurante em questão?
 - Tem outros trabalhos?
 - Tem trabalhado sempre no mesmo setor?
 - E anteriormente que trabalhos fez?
 - No passado, alguma vez pensou em trabalhar num restaurante?
 - O que é trabalhar com comida síria em Lisboa? Quer contar a sua experiência?
 - Quantas pessoas trabalham no restaurante?
 - Já as conhecia anteriormente?
 - Como tiveram a ideia de abrir um restaurante em sírio em Lisboa?
 - Havia familiares ou conhecidos a trabalhar nessa área?
 - Como foi o processo de abertura do restaurante?

- O que/Quem facilitou a abertura do restaurante? Encontrou desafios na abertura do restaurante?
- Há alguém que contribuiu para a realização do projeto?
- Quais eram as vossas expectativas antes de abrir o restaurante?
- O que se encontra na ementa?
- Como foi elaborada a ementa? Quer contar-me alguma coisa sobre o processo de elaboração da ementa?
- Quem são os clientes neste restaurante?
- O que os clientes mais gostam do restaurante?
- E da ementa?
- O que é que menos gostam?
- Houve alterações na ementa ao longo do tempo?
- Qual pensa ser a expectativa dos clientes que vos visitam?
- O que lhe parece servir comida síria no vosso restaurante?
- O que representa a comida síria para vocês em Lisboa?
- Quais são as suas expetativas para o futuro? (pretende continuar a trabalhar na restauração? Quer continuar a viver em Lisboa/Portugal?)
- **Experiência no restaurante na era pandémica**
 - Pode contar-me a sua experiência no restaurante durante a pandemia do Covid-19?
 - Acha que a pandemia alterou o trabalho do e no restaurante?
 - Como imagina o futuro do restaurante nos próximos tempos?

Anexo B - Guião de entrevista à Diretora da Associação

- Breve caracterização dos participantes
 - Nome
 - Género
 - Idade
 - Local de origem
 - Religião
 - Habilitações literárias
- Associação
 - Qual o objetivo/missão da associação?
 - Como surgiu a associação?
 - Quais são os serviços que a associação presta aos refugiados?
 - Como é que os refugiados entram em contato com a associação?
- História e experiência de trabalhar com comida síria em Lisboa
 - Qual foi o papel da associação no restaurante em questão?
 - Como surgiu a ideia de abrir um restaurante em sírio em Lisboa com refugiados?
 - Como foi o processo de abertura do restaurante?
 - O que facilitou/permitiu a abertura do restaurante?
 - Quais foram as dificuldades encontradas na abertura do restaurante?
 - Quem contribuiu para a realização do projeto para além da associação?
 - O que se encontra na ementa do restaurante?
 - Como foi elaborada a ementa?
 - Houve alterações na ementa ao longo do tempo?
 - Quem são os clientes neste restaurante?
 - Na sua opinião, o que os clientes mais gostam do restaurante?
 - E da ementa?
 - O que gostam menos?
 - O que representa a comida síria para vocês em Lisboa?
- Experiência no restaurante na era pandémica
 - Pode contar-me a sua experiência no restaurante durante a pandemia do Covid-19?
 - Acha que a pandemia alterou o trabalho do e no restaurante? De que forma?
 - Como imagina o futuro do restaurante nos próximos tempos?

Anexo C – Consentimento Informado

CONSENTIMENTO INFORMADO

O presente estudo surge no âmbito de uma dissertação do mestrado em Sociologia a decorrer no **ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa**. Este estudo incide sobre a restauração e o refúgio.

O estudo é realizado por Adriana Ribeiro Aires (adriana.r.aires@gmail.com) com a coordenação da professora Mara Clemente (mara.clemente@iscte-iul.pt), que poderá contactar caso deseje colocar uma dúvida ou partilhar algum comentário.

A sua participação, que será muito valorizada, consiste em responder a uma entrevista. Não existem riscos significativos expectáveis associados à participação no estudo. Ainda que possa não beneficiar diretamente com a participação no estudo, as suas respostas vão contribuir para as representações da comida e os processos de integração das pessoas refugiadas em Portugal.

A participação neste estudo é estritamente **voluntária**: pode escolher participar ou não participar. Se escolher participar, pode interromper a participação em qualquer momento sem ter de prestar qualquer justificação. Para além de voluntária, a participação é também **anónima** e **confidencial** e nenhuma resposta será analisada ou reportada individualmente. Em nenhum momento do estudo precisa de se identificar.

Face a estas informações, por favor indique se aceita participar no estudo:

ACEITO

NÃO ACEITO

Nome: _____ Data: _____

Assinatura: _____